



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas
influências mútuas.

KARINA MACHADO ROCHA GURGEL

Brasília – DF
2011



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas
influências mútuas.

KARINA MACHADO ROCHA GURGEL

Dissertação submetida ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Psicologia
sob a orientação da prof. Dra.
Daniela Scheinkman Chatelard.

Brasília, 2011

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas influências
mútuas.

Banca Examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard

PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Membro Interno: Profa. Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza

PPG PDS/PED/IP/UnB

Membro Externo: Profa. Dra. Sandra Maria Baccara Araújo

Membro Suplente: Profa. Dra. Dione de Medeiros Lula Zavaroni

PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Brasília – DF, 11 de agosto de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, base de toda minha estrutura e força de vontade. Eles me ajudaram e deram apoio incondicional. Sem dúvida, sem eles eu não conseguiria concluir este trabalho.

À minha filha Maria Eduarda, que, ao ingressar no berçário de meu trabalho, me inspirou a trabalhar nele ao lado dela (como foi boa essa fase e acompanhamento). Ela é a razão pela qual voltei meu interesse para essa área tão linda, que é a psicologia infantil. E que me ensina diariamente o significado das palavras AMOR e MÃE.

À minha amada Mãe, que me forneceu a base, suporte, carinho e muito amor para eu conseguir chegar até aqui. Ela nunca mediu esforços para me dar educação e apoio. Ela também me ensinou a amar os filhos sem medidas.

Ao meu amado esposo Marcelo, pelo seu amor e pelo encontro de almas profundamente modificador em minha vida. Ele me deu tanto apoio no cuidado com nossa filha enquanto estudava e também ditando para mim quando precisava.

À minha querida sogra Regina que também me forneceu um apoio enorme com a sua netinha para que eu pudesse desenvolver meu trabalho e estudos.

Amo todos vocês. Meus sinceros agradecimentos. Este trabalho é para vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, a professora Daniela Chatelard, pela aceitação em me orientar, por sua disposição sempre com um sorriso e calma em orientar, e pelos empréstimos de livros. Seu grupo de supervisão foi muito rico para a construção e reformulação do meu trabalho. As colegas que fiz no mestrado e que me ajudaram dando norte quando estava perdida em meio a tantas leituras. Áurea, com sua gentileza e presteza sempre, nunca vi tanta disponibilidade em ajudar os colegas, sempre me emprestando material de tanta valia e dando dicas preciosas. Maíla, também com tanta boa vontade em ajudar, lendo, opinando, discutindo e explicando como melhorar meu trabalho. Teresa, sempre com uma dica legal e enriquecedora, também emprestando material e revisando o meu trabalho. O nosso congresso foi tão bom, tão rico, tanto aprendizado. Mauro, que comprou um livro para mim com boa vontade. Ana Paula, essa amiga é especial desde a faculdade, e nos reencontramos na inscrição do mestrado e foi maravilhoso, estudamos juntas para a seleção e, que bom, as duas passamos. Agradeço também aos bebês que ajudei a cuidar, às mães e cuidadoras pelas trocas e aprendizado, a família pelo empenho em me ajudar a cuidar da Duda enquanto precisava estudar; meu super marido que sempre me deu apoio e ajudava com nossa filha, ditava os textos para mim; minha mãe e sogra que muito contribuíram nesse acolhimento da neta, e assim, me permitia estudar tranqüila, também o apoio do meu irmão amado, Luciano e meu querido primo Rodrigo que revisou meu trabalho com sua sabedoria e dedicação. Aos primos Enrique e Graziela que me incentivaram e apresentaram à Daniela. Ao chefe querido, Gilson, que entendeu esse momento, ainda que precisando de meu trabalho pôde me dispensar para eu concluir meu trabalho. E à licença capacitação concedida pelo Dr. Sandoval. Também ao colega de trabalho, Thiago, por sua disponibilidade em pegar emprestado os livros que precisava.

Gurgel, K. M. R. (2011). *A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas influências mútuas*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar como a relação da mãe com seu bebê influencia o processo de adaptação do bebê em um berçário e também como esse momento exerce mudanças nessa relação, e se elas de fato ocorrem ou de qualquer modo fariam parte do relacionamento de ambos, na medida em que o tempo passa e naturalmente a separação ocorre. O estudo surgiu em decorrência da prática clínica enquanto psicóloga de um berçário e, a fim de embasar a prática, fez-se uma revisão bibliográfica sobre a relação mãe-bebê e o momento da separação da díade: o ingresso em um berçário. Para isso, utilizou-se a Teoria do Apego de Bowlby e colaboradores, e também se fez uma descrição da formação do vínculo entre a díade desde a gestação; com intuito de analisar como esse vínculo interfere na formação da constituição psíquica da criança e, entender, assim, suas reações ao momento de uma grande separação. Antes de falar em separação, foi necessário trilhar o caminho do apego e vínculo entre a mãe e seu bebê. O Estádio do Espelho ajudou a desenvolver a construção teórica do psiquismo do infante, uma vez que é por meio da relação com sua mãe que se dá a formação do psiquismo do indivíduo e, dessa forma, sustentou-se a base do trabalho, ou seja, muito da reação da separação de sua mãe é constituída por meio da leitura que ela tem deste momento. Buscou-se demonstrar como o psiquismo do bebê é estruturado por meio da relação com sua mãe, tendo como base as teorias elaboradas por Freud, Winnicott, dentre outros que referenciam o vínculo começando na gestação. Foi feita uma correspondência entre os sentimentos das mães com os dos bebês, nesse momento complexo para ambos e, assim, discutiu-se os efeitos da adaptação em uma instituição, como para cada criança é vivenciada de maneira diferente. Enfatizou-se ainda a importância da relação da cuidadora com o bebê, substituta da mãe naquele momento.

Palavras-chave: Relação mãe-bebê, apego, vínculo, separação, adaptação em berçário.

ABSTRACT

This study aimed to investigate how the mother's relationship with her baby influences the process of adapting the baby in a nursery and also how this moment has changes in that relationship, and if they do occur or in any way would be part of the relationship both, as time passes and of course the separation occurs. The study arose as a result of clinical practice as a psychologist in a nursery and in order to base the practice became a literature review on the mother-child relationship and the moment of separation of the dyad: the entrance into a nursery. For this, we used to Bowlby's attachment theory and collaborators, and also gave a description of the bonding between the dyad from gestation, aiming to examine how this relationship interferes with the formation of the psychic constitution of the child and understand Thus, their reactions to a great moment of separation. Before talking about separation, it was necessary to follow the path of the attachment and bonding between mother and baby. The Stadium of the Mirror helped develop the theoretical construct of the psyche of the infant, since it is through the relationship with his mother who gives the formation of the psyche of the individual and thus held up on the work, ie much of the reaction of separation from his mother is formed by way of reading that she has this time. We tried to demonstrate how the baby's psyche is structured by the relationship with his mother, based on theories developed by Freud, Winnicott, and others that refer to the link starting during pregnancy. A match was made between the feelings of mothers with babies at that time for both complex and, thus, discussed the effects of adaptation in an institution, as each child is experienced differently. They emphasized the importance of the relationship of caring for the baby, the surrogate mother at that time.

Keywords: Mother-infant relationship, attachment, bonding, separation, adaptation in the nursery.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo I: A teoria do apego, a formação do vínculo mãe-bebê e a constituição do sujeito.....	6
1.1. Algumas Considerações Sobre a Teoria do Apego	7
1.2. A Noção de Vínculo que Começa desde a Gestação	17
1.3. A Fase do Espelho como Constituinte do Eu	28
Capítulo II: Alguns conceitos de Winnicott sobre a relação mãe-bebê que estruturam o psiquismo do bebê.....	34
2.1. A Dependência Segundo Winnicott e a Constituição do Psiquismo do Bebê	35
2.2. A Preocupação Materna Primária	40
2.3. A Mãe Suficientemente Boa e o Ambiente Suficientemente Bom Segundo Winnicott	43
2.4. O Papel do Cuidado Materno.....	51
2.5. A Angústia de Separação e a Ansiedade dos Oito Meses.....	54
Capítulo III: O momento da separação: a entrada em um berçário	63
3.1. O Processo de Adaptação a um Berçário.....	66
3.2. O Berçário como Terceiro na Relação Mãe-Bebê	72
3.3. Fatores que Auxiliam e Atrapalham a Adaptação a um Berçário.....	79
3.4. As Reações e Sentimentos das Mães à Adaptação a um Berçário e as Reações e Sentimentos de seus Bebês: Possíveis Correspondências.....	90
Considerações Finais	95
Referências	102

O presente trabalho é baseado na prática clínica como psicóloga de um Berçário em um Órgão Público. O local é reservado para os filhos das servidoras gestantes ou do pai servidor que participava das palestras e grupos de gestantes oferecidos pelos profissionais da saúde que lá trabalhavam. Ele foi criado no intuito de fornecer cuidados, acolhimento e estimulação aos bebês enquanto sua mãe ou pai trabalhavam com maior tranquilidade.

O ponto de partida das interrogações desta pesquisa situa-se na minha atuação como psicóloga clínica deste berçário, onde trabalhava com a adaptação dos bebês, de seus pais e destes às suas cuidadoras. Também monitorava um grupo de gestantes as quais seriam as futuras mães a levarem seus bebês a ingressarem no local, o que facilitava o conhecimento da mãe pela equipe e desta com a nova família.

Devido a essa experiência, procurei me aprofundar teoricamente e perceber as relações da teoria com a prática, de certo que sempre me instigava as diferenças percebidas durante as separações da mãe com seu bebê e entrada na instituição. Surgiam questões acerca da explicação sobre as adaptações, que eram tranquilas para alguns bebês e turbulentas para outros, igualmente para seus pais, sem desprezar em momento algum as individualidades deles e outros fatores como lugar e pessoas estranhas.

Com essas questões veio o desejo de pesquisar literatura sobre a relação mãe-bebê e a constituição e manutenção do vínculo que inicia desde a gestação e perceber assim, a possível correlação entre esse momento e a influência que a relação exerce na constituição do indivíduo a devir. Nesse caminho encontrei teóricos que me deram suporte necessário para a escrita, tais como Bowlby, Winnicott, Freud, Spitz e contemporâneos.

O estudo tem como objetivo investigar a interação da mãe com o seu bebê e como essa relação influencia o psiquismo da criança no momento de uma grande separação: o ingresso do bebê em um berçário. Com a finalidade de averiguar se, dependendo de como foi estruturada a relação entre ambos, a adaptação será ou não dolorida para a díade.

Ao iniciar as leituras me deparei com a Teoria do Apego de Bowlby que explica as formas de apego que a mãe desenvolve com a criança, passando para o vínculo do qual tomo emprestado o conceito a partir de estudiosos da área, como Klaus e Kennel, Brazelton, entre outros, autores que explicitam que o vínculo mãe-bebê começa na gestação. Nesse momento elucidarei o estudo dos processos psíquicos que se dão no tempo antes do nascimento, as fantasias sobre o ser mãe, suas expectativas, e assim, a questão central pode ser apresentada: de que maneira aquilo que se antecipa e se constrói no psiquismo da mãe durante o tempo de espera da criança marcará sua relação com o filho, e, portanto, influenciará a própria constituição do psiquismo desse novo ser?

No primeiro capítulo, farei uma descrição sobre a temática do apego que a mãe desenvolve com seu filho e a formação do vínculo estabelecido entre ambos desde a gestação. Evidencio a questão do narcisismo sobre a qual Freud dissertou, e as relações de objeto, com o intuito de examinar como a relação, estruturada entre mãe e bebê, interfere na formação da constituição psíquica dessa criança, fazendo, então, uso da Teoria do Apego (de Bowlby e colaboradores) que trata desse momento inicial; e abordo a fase do espelho utilizando-me inicialmente de Lacan, depois Dolto e Winnicott.

Discorrerei, no segundo capítulo, sobre os conceitos de Winnicott que foram importantes para entender a relação inicial da mãe com o bebê para se pensar, posteriormente, em um contexto de separação. O autor trouxe muita contribuição para a área devido a sua experiência como pediatra e psicanalista, pois sempre trabalhou em hospitais, em especial depois da Segunda Guerra Mundial cuidou de crianças que tinham perdido as famílias, trabalhando a questão da separação. As concepções que ele fez sobre a preocupação materna primária, a mãe suficientemente boa, demonstram a importância que a figura da mãe exerce para a formação do psiquismo do bebê. Ao final do capítulo serão explicitadas a angústia de separação e a ansiedade dos oito meses, para embasar o

sofrimento vivido pela díade no momento do retorno ao trabalho da mãe e ingresso do bebê a um berçário, recorrendo novamente a Bowlby, Winnicott e Spitz.

Com essa explanação é possível chegar ao terceiro capítulo e abordar o momento da adaptação a um berçário, a fim de entender os motivos pelos quais algumas crianças reagem melhor que outras a esse momento de separação, e igualmente examinar como a mãe exerce um papel importante com seus cuidados nessa hora da adaptação, uma vez que as atitudes das mães tendem a influenciar as reações dos bebês.

Pretende-se, assim, examinar a existência da correlação entre os afetos da mãe e da criança, com relação à separação do convívio diário exclusivo entre os dois, no momento do retorno ao trabalho, e na divisão dos cuidados do seu bebê com outras cuidadoras sem nenhum vínculo firmado anteriormente. Para isso, serão explicitados: a qualidade da adaptação, os fatores que auxiliam e atrapalham este momento, o berçário como terceiro na relação da díade, bem como será feita uma correlação entre as reações e sentimentos das mães com seus bebês.

Do lado do bebê, parece sempre intrigante averiguar que crianças em circunstâncias de vida aparentemente muito parecidas reagem e se constituem de modo tão diferente. Abordando este tema, Aragão (2007), em sua dissertação de mestrado, suscita uma questão interessante para este trabalho: “o que faz, por exemplo, com que alguns bebês sejam mais vulneráveis às experiências de separação do que outros?” (p. 24).

A fim de explorar esta questão, serão utilizadas experiências pessoais do trabalho como psicóloga de um berçário, no qual se acompanhava um grupo de mães desde a gestação até o momento do retorno ao trabalho, momento em que acontecia a adaptação da família ao berçário. Nos grupos de gestante, que às vezes era direcionado a um tema por meio de um texto proposto, havia momentos de trocas de experiências e de expectativas.

Ao terminar a licença-maternidade, percebia-se que as mães que participaram dos encontros estavam mais seguras com relação ao local e aos profissionais que ali trabalhavam. As mães que não participaram do grupo e que conseguiam a vaga eram mais receosas com o local e com o processo de adaptação, pois não tinham confiança nas pessoas que ficariam com seu filho nem conhecimento destas.

Na semana de adaptação ao berçário, o tempo em que a criança permanecia no local era gradativamente aumentado. No primeiro dia, a criança ficava no local cerca de duas horas, e a cada dia se aumentava uma hora, até que no quinto dia, ela já ficava de seis a sete horas, período em que a mãe trabalhava no Órgão. No decorrer da semana, a equipe da psicologia realizava uma anamnese com a mãe, entrevista que pesquisa a relação da mãe desde o momento da gestação.

As mães relatavam os sentimentos vivenciados no momento da separação de seu bebê e como estavam se sentindo com a separação. A psicóloga também abordava a sua percepção com relação aos sentimentos e reações do bebê, como ele estava em casa com relação ao sono, alimentação, colo, apego. Esses sentimentos e angústias eram trabalhados, na medida do possível que o ambiente permitia, pois a sala era cheia de profissionais de outras áreas e muitas vezes não se tinha privacidade nem tempo, e, por mais que se quisesse ajudar as mães, o foco principal de observação e cuidado era o bebê.

Por meio desta entrevista podia-se inferir sobre como aquele bebê poderia reagir a pessoas estranhas, à nova rotina e até mesmo à entrada da alimentação pastosa, uma vez que muitos deles, até entrar no berçário, só eram alimentados com leite materno. Nessa ocasião era possível um trabalho em conjunto da psicologia com a nutrição, pois ao mesmo tempo em que se dava atenção à introdução do cardápio ao bebê também era preciso acolher e, muitas vezes, trabalhar os sentimentos do desmame, que era mais uma forma de separação.

Antes de se pensar em separação, há de se abordar que o bebê nasce sob a condição de completo desamparo, e dentro desse contexto a mãe representa para ele não só o ambiente que o cerca, mas também o ambiente pelo qual ele tem acesso às coisas externas à díade. Considerando todas as imaturidades e a dependência do infante, a função da mãe é de fundamental importância para o desenvolvimento psíquico do sujeito, principalmente na primeira infância.

É pela extrema dependência do bebê em relação aos cuidados maternos que se pode pensar no sofrimento psíquico e emocional envolvido em ocasiões nas quais ele se vê privado, temporária ou permanentemente, de sua mãe. Foi pensando nessa situação de privação que o estudo em questão destinou-se a investigar o processo de separação materno-infantil envolvido na inserção de bebês em um berçário, dando ênfase a importância dos cuidados substitutos que precisam ser adequados e suficientemente bons.

Dentro dessa conjuntura, as seguintes situações foram observadas e relatadas ao final deste trabalho: a maneira como a criança reage a essa separação; a adaptação dela ao novo ambiente; a capacidade de estabelecer novos vínculos afetivos com suas cuidadoras; os aspectos do vínculo afetivo materno-infantil antes e depois do processo de inserção; e as condições de atenção e cuidados substitutos oferecidos à criança no berçário.

O presente trabalho começa abordando como é formado o apego da díade, em que momento o vínculo inicial é formado e como se dá a constituição do sujeito, para então poder discutir sobre a separação.

Capítulo I:

A teoria do apego, a formação do vínculo mãe-bebê e a constituição do sujeito

O motivo pelo qual este trabalho se inicia abordando a Teoria do Apego de John Bowlby e colaboradores é baseado nas possíveis respostas às questões suscitadas na prática clínica e que moveram a pesquisa teórica. Essa teoria foi importante para avançar no objetivo principal da presente dissertação que é o estudo da relação mãe-bebê no momento da separação da díade: a ida a um berçário e como essa relação influencia e é influenciada por essa fase de separação.

Neste momento, observava-se o tipo de apego que a mãe tinha desenvolvido com seu bebê e como esse apego (seguro ou inseguro) influenciava na adaptação ao berçário. Essa adaptação também traz mudanças à relação e, muitas vezes, poderá ainda alterar o tipo de apego, dependendo de cada situação, e isto será abordado no decorrer do trabalho.

As diversas contribuições da psicanálise abordam a importância das primeiras relações para a construção da personalidade da criança. Sendo assim, a relação do bebê com sua cuidadora também é fundamental e deverá ser trabalhada. O enfoque que será dado a seguir é discutir o relacionamento mãe bebê em sua etapa inicial, temática essa de máxima importância nessa fase, e que só gradualmente passa a segundo plano em relação à questão do bebê enquanto um ser independente.

Para se pensar em relação é necessário falar em duas ou mais pessoas que estabelecem o vínculo. O apego é um tipo de vínculo que se inicia desde a gestação. Para se falar em separação, é preciso, então, abordar o vínculo, o apego e o relacionamento inicial mãe-bebê.

A Teoria do Apego dissertará sobre como o vínculo inicial da relação mãe-bebê é importante para formação e estruturação do psiquismo de um indivíduo. Em especial os tipos de apego que a mãe desenvolve com seu bebê.

Será feita uma explanação do conceito de Estádio do Espelho partindo de Lacan, Freud, Dolto e Winnicott, teóricos da psicanálise que desenvolveram o tema, o qual tem sido considerado, a partir da sua articulação com o momento da constituição do sujeito no qual prevalece a esfera do imaginário, à medida que constitui a lógica inerente à relação que o sujeito estabelece com o outro no início da constituição subjetiva.

A proposta de abordagem do tema é a articulação do Estádio do Espelho com o conceito de identificação, uma vez que este estágio fornece um novo sentido para o ele, à medida que apresenta, justamente, o aspecto da operação de transformação causada no sujeito a partir de uma imagem (Lacan, 1949).

1.1. Algumas Considerações Sobre a Teoria do Apego

A Teoria do Apego foi criada pelo psiquiatra, especialista em psiquiatria infantil e psicanalista inglês John Bowlby. Ele iniciou seu trabalho em 1956, quando fez surgir uma nova maneira de se pensar o vínculo mãe-bebê e os efeitos que a separação precoce causa no desenvolvimento humano. Ele reconhece a primeira relação humana de uma criança como fundamental e edificadora de seu psiquismo.

Os conceitos do autor foram desenvolvidos com base: na psicanálise; na biologia, no que tange à teoria da evolução; fortemente influenciado pela teoria da impregnação dos etólogos objetivistas; na psicologia do desenvolvimento, ciência cognitiva e teoria dos sistemas. Posteriormente, Mary Ainsworth, Blehar, Waters e Wall, em 1978, realizaram

diversos estudos sobre o apego e ampliaram os estudos da Teoria do Apego, inclusive criando um conceito baseado em sua pesquisa chamado *Situação Estranha*.

Bowlby (2002) descreveu os padrões denominados por Ainsworth, em seus estudos sobre a situação estranha, que são B, A e C e respectivamente. Essas classificações são importantes para o cotidiano de um berçário, pois ajuda a identificar o tipo de apego que o bebê tem com sua mãe, possibilitando um trabalho melhor com a criança, a qual irá firmar um novo vínculo com sua cuidadora, que pode ser igual ou diferente do estabelecido em sua casa.

O Padrão B traz como principal característica dos bebês, classificados como seguramente apegados à mãe, a de serem ativos nas brincadeiras, de buscarem contato quando sentirem aflição ao perceberem uma breve separação da mãe e serem prontamente confortados e, assim, voltarem à brincadeira. Este grupo configurou a maior parte da amostra. O Padrão A apresentam os bebês ansiosamente apegados à mãe e esquivos, constituindo 20% da amostra, e que evitam à mãe, especialmente na segunda ausência breve. A maioria trata o estranho com mais afeição do que a própria mãe. E o Padrão C, são os bebês ansiosamente apegados à mãe e resistentes, em torno de 10%, que oscilam entre a aproximação e a resistência ao contato com a mãe.

O estudo feito por Ainsworth e seu grupo mostrou que a sensibilidade e a responsividade da mãe a sinais de comunicações da criança em situações naturais, correlacionam-se positivamente com a segurança com que a criança enfrenta posteriormente uma situação estranha e/ou de separação. Isto é, influenciam na classificação do apego, da criança à mãe, como seguro ou ansioso. Rossetti-Ferreira (1984) define que:

O apego seria pois, um sistema comportamental que evoluiu no ser humano por contribuir para a sobrevivência da espécie, dado que opera no sentido de promover

e manter uma proximidade ‘segura’ com o ‘*Caretaker*’ principal, usualmente a mãe, de forma a garantir a proteção do adulto frente a ameaças ambientais (p. 8).

Ainsworth (1978) desenvolveu um sistema de avaliação do relacionamento mãe-bebê, a partir de observações naturalísticas desse tipo de interação, chegando à identificação de três formas de apego: seguro, resistente e ansioso e ansioso com evitação.

No primeiro, o bebê demonstra segurança e confiança em seus pais, pois acredita na disponibilidade deles no momento em que precisar. No apego resistente e ansioso a disponibilidade dos pais é incerta e por isso a criança tende sempre a um estado de angústia, o que a faz querer ficar grudada na mãe e não explorar o mundo. No último, ansioso com evitação, o indivíduo mostra total desconfiança quanto às suas figuras parentais e não acredita encontrar receptividade e ajuda para suas necessidades, mas sim provável rejeição. Ávila, em seu artigo escrito em 2011, afirma que:

Apegos seguros no começo da vida têm efeitos duradouros, não tanto em temperamentos ou capacidade cognitiva, quanto no grau de empatia em relação a outros. Bebês solidamente apegados convertem-se em escolares socialmente estáveis que amadurecem e formam, como adultos, apegos estáveis e criam filhos dotados de sentimentos estáveis, ao passo que os apegos precários geram mais apegos precários e instáveis (p. 2).

Ao perceber, na entrevista inicial do berçário, qual o tipo de apego que a díade possui, isso traz um material rico a ser explorado com o bebê e sua cuidadora. Se ele está no padrão B, o trabalho será firmar o mesmo tipo no berçário com sua cuidadora e, caso apresente os outros dois, fornecer à criança a possibilidade de mudança no novo vínculo e orientar a mãe a modificar algumas atitudes, proporcionando ao seu filho uma segurança maior.

Com relação às influências da teoria da evolução para a construção teórica de Bowlby, Montagner (1900) escreveu que na espécie humana, houve uma seleção que

predispôs o descendente do homem a se livrar de seus predadores, dessa forma os comportamentos selecionados seriam aqueles que o bebê induz e que mantêm a proximidade e o contato com a mãe – isto é chamado comportamentos de vinculação. Para que isso aconteça é necessário que o adulto responda pronta e adequadamente a esses comportamentos. E esclarece o mesmo autor que:

Aí reside, claramente, um dos fundamentos da etologia clássica: para benefício da espécie, o ajustamento espontâneo e recíproco entre os comportamentos inatos para o filho reconhecer a mãe e os comportamentos predeterminados para a mãe reconhecer características e necessidades do filho (pp. 26-27).

Nos escritos psicanalíticos, ao se falar de vínculo, o tema é conduzido em termos das relações objetais, as quais serão ilustradas mais à frente. Bowlby ao propor uma nova teoria, preferiu os termos apego e figura de apego. Cabe ressaltar que quando ele fala de figura de apego frequentemente se refere à figura materna, aquela que dispensa cuidados maternos à criança e a quem ela fica apegada, não exclusivamente a mãe natural.

Bowlby (1984) diferencia os termos apego de comportamentos de apego:

Apego e comportamento de apego são conceitos relacionados, porém diferenciados. Apego significa disposição forte em buscar e manter proximidade com alguém específico; o apego é contínuo e modifica-se apenas com o passar do tempo (um longo tempo) e é independente da situação. Comportamento de apego são as atitudes que uma criança tem para aproximar-se ou manter a proximidade com alguém, por exemplo, chorar, agarrar, protestar; tais comportamentos são situacionais, fazendo-se presentes ou não, dependendo da situação (p. 396).

O autor aborda que após o nascimento, nas primeiras semanas de vida, o bebê ainda não apresenta comportamentos de apego, o que só acontece com o tempo quando ele passa a identificar as pessoas e a familiarizar-se com elas. O comportamento de apego se desenvolve em relação à mãe ou figura materna, mediante preferência demonstrada pelo bebê em estar com ela.

Lentamente o bebê ganha consciência da sua mãe e passa a reconhecê-la pela voz, cheiro e começa a segui-la com o olhar. Quando ainda não tem meios para buscá-la, ele a segue com os olhos e chora para chamá-la, exigindo sua presença. Ao adquirir mobilidade, o bebê busca a companhia dela.

Rossetti-Ferreira escreveu que:

O apego surge no decorrer do primeiro ano de vida da criança, em especial a partir do segundo semestre, permanecendo intenso durante a primeira infância e passando a diminuir ou modificar sua forma de expressão entre três e quatro anos de idade (1984, p. 7).

Isso já ilustra o que será abordado mais adiante, no terceiro capítulo: quando a criança entra mais nova em um berçário é provável que não relute em sua adaptação tanto quando um bebê maior que já tem sua figura de apego estabelecida. Foi nitidamente observada essa diferença quando a licença-maternidade foi estendida para seis meses, e, dessa forma, os bebês ingressavam maiores no berçário e mais resistentes, em grande parte.

Ainsworth (1963/1967) desenvolveu um estudo de observação de bebês visitando suas mães na tribo Ganda, em Uganda, por duas horas em intervalos de quinze dias durante um período de aproximadamente sete meses. Ao final do estudo, a maior parte dos bebês estava entre dez e quinze meses de idade. Com exceção de quatro, todos mostraram o comportamento de apego.

Sobre o trabalho da autora, Bowlby elucida que:

Os dados fornecidos por Ainsworth deixam claro que em todas as crianças, exceto uma pequena minoria, o comportamento de apego está nitidamente presente por volta dos seis meses de idade e manifesta-se não só pelo choro da criança quando a mãe deixa o quarto, mas também pelo modo como, quando ela regressa a criança a acolhe – com sorrisos, agitação dos braços e gorjeios de prazer (2002, p. 248).

Os momentos de observação do berçário começaram quando a licença-maternidade era de quatro meses, e, dessa forma, notava-se uma diferença quanto à adaptação, que, geralmente, salvo casos particulares, era mais tranquila. Ao passar para seis meses, justamente o período descrito pelo trabalho de Ainsworth, percebia-se a diferença quanto às reações de protesto por ficar em um local diferente e com pessoas desconhecidas e também as reações de satisfação dos bebês quando as mães retornavam para buscá-las.

O estudo de Ainsworth relata que em qualquer criança a intensidade e a consistência com que se manifestam os comportamentos de apego podem variar de dia para dia ou de hora para hora. Estas variáveis responsáveis pelas mudanças são de dois tipos: orgânicas e ambientais. Entre as orgânicas, a autora descreve a fome, a fadiga, a doença e a infelicidade. Todas elas produzem choro e ato de seguir uma figura familiar. Com relação aos fatores ambientais, o comportamento de apego é mais intenso quando uma criança está alarmada.

Ao observar os bebês no berçário que estavam com dificuldade na adaptação era preciso cuidado ao analisar o tipo de apego que eles tinham com suas mães. Era necessário contextualizar a relação deles com suas cuidadores, com o ambiente diferente e até com os outros bebês. Assim, Bowlby afirma que:

Embora existam provas abundantes mostrando que o tipo de cuidados que um bebê recebe de sua mãe desempenha um importante papel na determinação do modo como se desenvolve seu comportamento de apego, não se deve jamais esquecer em que medida a própria criança inicia a interação e influencia a forma que ela adota (2002, p. 251).

O apego envolve uma relação de cunho afetivo do bebê para com a mãe, que o induz a procurar a presença e o conforto maternos, especialmente, quando se sente assustado ou inseguro. O bebê nasce com o instinto de sugar, chorar, agarrar-se para

chamar atenção da mãe e estimular uma resposta materna, e essas interações mantêm e estimulam o apego.

O comportamento de apego apresenta três características distintas e universais. Ele visa à busca constante de proximidade com seu objeto de ligação, podendo tolerar afastamentos temporários; o estabelecimento de maior ou menor segurança, segundo o padrão de confiabilidade e previsibilidade do objeto; e por fim apresenta a reação de protesto pela separação ou perda da figura de apego e a conseqüente busca de recuperação dela.

O bebê, ao selecionar as suas figuras de apego, elabora processos de identificação delas aos quais Bowlby propõe algumas variáveis identificadas como reforços importantes que são: a alimentação, a dedicação dispensada pela mãe com os cuidados do bebê, a presteza com que a mãe atende ao choro dele e a iniciativa que ela tem em interagir socialmente com ele. É comum, com o passar do tempo que o mesmo aconteça com a cuidadora do bebê no berçário, pois ela também passa a ser a referência dele de cuidado, atenção e carinho. O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de referência está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que é fortificador da relação (Cassidy, 1999).

De acordo com Bowlby, o relacionamento da criança com os pais é instaurado por um conjunto de sinais inatos do bebê, que demandam proximidade, tais como o choro, o sorriso, o balbuciar e mais tarde chamar e fazer certos gestos. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos processos de cuidado, pela sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Por isso, um dos pressupostos básicos da Teoria do Apego é de que as primeiras relações, estabelecidas na infância, afetam o estilo do indivíduo formar vínculos ao longo de sua vida.

O nascimento da vida psíquica num bebê começa na relação que é estabelecida com a mãe. Se a figura principal do bebê estabelece uma relação em que o bebê pode confiar, o apego é considerado seguro, logo o bebê será mais seguro do que aquele que nem sempre pode contar com sua cuidadora e irá estender essa confiança para todos os adultos. Ainsworth enfatiza ainda a função da mãe como base segura para a criança, que a usa como porto seguro do qual parte para explorar o meio ambiente e ao qual retorna seja para se recuperar, seja à busca de proteção diante de qualquer sinal de perigo (1973).

O bebê é capaz de ter uma existência pessoal por meio do cuidado que ele recebe da sua mãe. Segundo a autora, “os primeiros intercâmbios afetivos cuidador-bebê asseguram não só a sobrevivência biológica, mas contribuem também para o desenvolvimento dos setores somáticos e psíquicos de sua personalidade” (p. 2). Sobre o tema, Winnicott (1983), afirmou que é dessa forma que se começa a construir a chamada continuidade do ser. E ilustrou que “se o cuidado materno não é suficientemente bom então o lactente realmente não vem a existir, uma vez que não há continuidade do ser; ao invés a personalidade começa a se construir baseada em reações a irritações do meio” (p. 53).

A base do apego como um fator primário para o estabelecimento de relações configura-se, prontamente, na vinculação inicial mãe-bebê. Em decorrência disso tal questão tem sido analisada concomitantemente com a relação mãe-criança (Zamberland, 2002).

A teoria do apego sugere que a forma de relações seguras com o agente adulto é importante para a criança desenvolver sistemas comportamentais flexíveis, de modo a adaptar-se facilmente a novas situações, incluindo demandas de contato com locais e outros adultos estranhos (Rossetti-Ferreira, 1986). O estresse da separação da mãe pode, assim, ser minimizado quando as crianças desenvolvem uma condição de apego seguro.

Por isso é imprescindível que o adulto seja sincero na lida com as crianças, sempre passando a segurança necessária ao seu desenvolvimento. Dessa forma, elas se tornarão mais confiantes e seguras de si e dos outros com quem se relacionarem e estabelecerão relações mais ajustadas. As adaptações às escolas e lugares novos tenderão a ser mais tranquilas.

Nesse ponto pode se ressaltar a importância de um profissional capacitado a perceber os tipos de apego que a mãe desenvolveu com seu filho e a intermediar o processo da entrada da família a um berçário. Se é necessário que a mãe sinta segurança para passar a seu filho e este se sentir seguro em novo ambiente, o psicólogo, sensível, poderá captar como está a relação da família com a instituição e conversará com a ela. Isso ajudará a ela se sentir mais segura e confiante no processo para que seu bebê sinta o mesmo.

Weininger (1983) enfatizou a importância da relação continuada com a mãe e afirma que há uma associação entre a constituição psíquica materna e os estilos iniciais de interação; as mães com personalidade e controle emocional melhor estruturado tinham também um envolvimento maior nas brincadeiras com os seus filhos. Boccia e Campos (1989) também ressaltaram a importância da sincronia da mãe com seu bebê na construção do sistema de apego, com uma condição adicional à presença física.

A presença física da mãe é importante, mas, mais ainda se faz necessário a qualidade das interações, o brincar relacional e os momentos de trocas realizadas com a criança. As observações feitas no berçário deste estudo apontaram que existe alta correlação entre a qualidade do apego desenvolvido com a responsividade materna. Nas díades mãe-filho que exibiam apego seguro percebia-se uma proporção alta de interações bem reguladas no tempo, recíprocas e mutuamente prazerosas; ao contrário, nas díades em

que se encontrou apego inseguro, as mães eram pouco envolvidas, não responsivas ou intrusivas.

Contudo, durante todo o ciclo vital, o comportamento de apego está presente em variadas intensidades e formas. Pode ter formas ativas, como procurar ou seguir o cuidador; formas aversivas, como chorar; ou pode ainda aparecer sob forma e sinais comportamentais que alertam o cuidador para o interesse de interação da criança, como sorrir e verbalizar de modos diversos. Todas essas formas são observadas em crianças, adolescentes e adultos ao buscarem a aproximação com outras pessoas. É o padrão desses comportamentos, e não sua frequência, que revela algo acerca da força ou qualidade do apego (Ainsworth, 1989).

Conclui Bowlby que “nenhuma forma de comportamento é acompanhada por sentimentos mais forte do que o comportamento de apego. As figuras para as quais ele é dirigido são amadas, e a chegada delas é saudada com alegria” (2002, p. 259). Quando a criança está na presença de uma figura de apego, sente-se segura e tranquila. Uma ameaça de perda gera ansiedade, tristeza profunda e raiva. Esses comportamentos de apego persistem por toda a vida do homem, não se manifestam apenas durante a infância, mas é com base neles que se estabelecem novas relações de apego nos relacionamentos de casais.

As primeiras relações influenciam a qualidade do funcionamento psíquico de uma pessoa. Segundo Klaus, Kennel e Klaus (2000) um apego pode ser considerado como um relacionamento único entre duas pessoas, sendo este apego único e específico ao longo do tempo. Eles referem-se aos laços afetivos dos pais com seus bebês. Vínculo é a palavra utilizada por alguns estudiosos para definir estes laços.

O vínculo da mãe com seu bebê começa a ser construído desde o momento em que a mãe descobre estar grávida. Por isso, é muito importante fazer um levantamento deste momento, sobre como essa gestação foi vivenciada, se aceita ou não, desejada ou

inoportuna. Faz-se necessário neste momento se aprofundar sobre essas questões, a fim de entender como é o tipo de apego da díade percorrendo o caminho anterior a essa fase que é a construção do vínculo, o que tem início na gravidez.

1.2. A Noção de Vínculo que Começa desde a Gestação

A partir deste ponto será feita uma abordagem sobre o tema vínculo e sua importância para a relação que a mãe desenvolve com seu bebê desde a gestação e assim, torna-se possível discorrer sobre a questão da separação, depois de discutidos os temas: apego, vínculo e simbiose. Tudo isso constitui a temática deste trabalho. Para isso, serão utilizados conceitos dos estudiosos citados abaixo, que dissertaram sobre o tema vínculo.

Segundo Nóbrega, “vínculo pode ser definido como tudo o que ata ou une, refere-se à ligação ou relação” (2005, p. 13). O vínculo é essencial para a formação psíquica saudável do bebê, por isso é importante que o bebê tenha uma vivência de uma relação emocional calorosa, íntima e contínua com a sua mãe, na qual ambos encontrem satisfação e prazer.

Seguindo as ideias de Klaus e Kennel (1993), o vínculo dos pais com seus filhos deve ser o mais forte de todos os laços humanos, pois é crucial para a sobrevivência e desenvolvimento saudável do bebê. É por meio desse laço original entre pais e bebê que outras ligações afetivas se constituirão no futuro.

A expressão ‘formação do vínculo’, de acordo com Klaus et al. (2000), refere-se ao:

Investimento emocional dos pais em seu filho. É um processo que é formado e cresce com repetidas experiências significativas e prazerosas. Ao mesmo tempo outro elo, geralmente chamado de ‘apego’ desenvolve-se nas crianças em relação aos seus pais e a outras pessoas que ajudem a cuidar delas. É a partir dessa conexão emocional que os bebês podem começar a desenvolver um sentido do que eles são,

e a partir do que uma criança pode evoluir e ser capaz de aventurar-se no mundo (p. 167).

O bom vínculo mãe-filho fica evidente pela forma que a genitora carrega seu bebê com segurança e prazer, confortando-o, tocando-o, olhando-o na face, sorrindo e falando, aconchegando-o, acariciando-o. Esse vínculo bom e estável ajuda a alicerçar as bases do indivíduo que se torna um adulto seguro de si e capaz de formar vínculos positivos com as pessoas.

Seguindo essa linha de pensamento, Ávila (2011) vislumbrou o seguinte:

As pessoas que não se desapontaram enquanto bebês, foram cuidadas satisfatoriamente e tiveram contato pleno com o educador saem da situação de desamparo, solidamente apegadas e adquirem confiança básica em si e no mundo. Estas pessoas tendem a se tornar adultos seguros, espontâneos e prontos para se desenvolver em relações pessoais inteiras e gratificantes, usufruindo de uma existência rica e criativa (p. 2).

As relações iniciais da vida da criança são edificadoras de sua personalidade e com uma importância para se pensar nas ligações futuras do adulto. Entender essa influência é primordial para quem trabalha com educação infantil e quem se dispõe também a constituir família. Para o trabalho, faz-se imprescindível debater sobre o tema vínculo já que ele é quem ajuda a estruturar o indivíduo.

Os afetos, sentimentos e ações conscientes e inconscientes do adulto, no ato de cuidar, é que marcarão psicologicamente a criança. Atitudes como permissividade, rejeição, hostilidade, segurança, ansiedade, indiferença, superproteção, prazer, amor, definirão o tipo de vínculo que a criança formará mais tarde enquanto adulto com outras pessoas.

De acordo com Figueiredo (2003):

A ligação afetiva da mãe ao bebê tem sido descrita como um processo de adaptação mútua que exige tanto da mãe como do bebê, e se estabelece gradualmente, a partir

dos momentos iniciais, em que se dão os primeiros intercâmbios entre a mãe e o bebê, geralmente considerados muito determinantes para um relacionamento futuro na díade (p. 523).

Alguns autores questionam o instinto materno que muita gente pensa nascer com a menina. Badinter (1985) aborda esse tema fazendo um estudo do comportamento das mulheres francesas no qual o amor materno é descrito como um mito. A autora escreve sobre a indiferença das mães e desinteresse por seus bebês. O amor materno decorre então de vivência e de aprendizado e não de um mecanismo instintivo.

Dessa maneira, tão importante para se pensar na formação do vínculo que se estabelece entre a mãe e seu bebê é entender o período anterior, que é a gestação, e onde nasce a mãe. A gestação é um período complexo, em que ocorrem diversas mudanças na vida da mulher, não apenas físicas, mas, sobretudo psíquicas. Borsa (2007) conclui que a gestação:

Se trata de uma experiência repleta de sentimentos intensos, variados e ambivalentes que podem dar vazão a conteúdos inconscientes da mãe. A relação da mãe com seu filho já começa na gestação e será a base da relação mãe-bebê, a qual se estabelecerá depois do nascimento e ao longo do desenvolvimento da criança (p. 311).

A mãe também precisa do tempo da gestação para, no seu tempo psíquico, constituir-se como mãe. Esse período seria necessário para possibilitar o esboço da criação de um espaço psíquico materno constitutivo de um suporte no qual o bebê possa advir como um ser subjetivado, e não mais como um ser biológico somente. Supõe-se que as experiências corporais da mãe, as mudanças físicas que ocorrem durante a gravidez, sejam indissociáveis das suas experiências psíquicas.

Conforme narra Ferreira (2000):

A maternidade, contrariamente ao que propõe a visão naturalizante da Teoria do Apego de Bowlby (1990), não é algo inato ou puramente condicionado por

questões biológicas. Não se nasce mãe, esse papel vai sendo construído no aqui-agora da interação dialógica, processo esse que será construído por questões do tempo vivido e do tempo histórico das pessoas e da cultura em questão (p. 59).

Para Brazelton e Cramer (2002), a gravidez de uma mulher reflete toda sua vida anterior à concepção, suas experiências com os próprios pais, sua vivência do triângulo edipiano, as forças que a levaram a adaptar-se com maior ou menor sucesso a essa situação e, finalmente, separar-se de seus pais. Assim, a gestação não é só uma fase de ensaios e expectativas, mas constitui também um período em que os relacionamentos do passado podem ser revistos e trabalhados. Dessa forma, esse momento é considerado ambíguo, pois há um conflito constante entre a satisfação de desejos e o contato com a realidade. Uma gravidez muitas vezes não é plenamente aceita ou rejeitada.

Ao dissertar sobre gravidez, Maldonado (2002), descreve ser um período de várias mudanças para a mulher, decorrentes das interrelações entre os fatores hormonais e psicológicos. As vivências nessa fase são complexas devendo levar em consideração tanto a história pessoal da grávida, como a história psicosssexual, ginecológica e sua relação com a própria mãe.

É relevante entender o contexto em que esta gestação ocorre, como: tipo de vínculo com o parceiro; idade da gestante; episódios de aborto; as características de sua evolução (risco de perda do feto ou perigo de vida para a mulher); o fator socioeconômico (condições financeiras para cuidar do bebê); e o contexto assistencial (qualidade da assistência de profissionais no pré-natal). Todos esses aspectos influenciarão na aceitação da gravidez, e conseqüentemente, no vínculo com o seu filho.

Seguindo o fio condutor dessas ideias, a mãe precisa de um acolhimento e segurança por parte do seu companheiro e/ou da sua mãe ou ainda outras pessoas ligadas afetivamente a ela. Assim, a aceitação e o apoio dessas pessoas, demonstrado por meio de

gestos afetivos, atenção e interesse, bem como ausência de críticas ou julgamentos negativos, são extremamente importantes para auxiliar a mulher a desenvolver o vínculo com seu bebê.

Desse modo, surge o seguinte questionamento: Como nasce uma mãe? Recorre-se aos pressupostos de Freud sobre o narcisismo e a escolha do objeto, que podem ilustrar o modo como o vínculo da mãe com o bebê é iniciado. Depois, ainda utilizando o referencial teórico do autor, para se pensar em separação, recorre-se à linha de pensamento formulada no Volume I – no *Projeto para uma Psicologia Científica*, desenvolvida nos outros volumes, em que Freud aborda a questão da *Experiência de Satisfação*, do *Desamparo Inicial* e da *Perda do Objeto Primordial*, assuntos que auxiliarão a pensar sobre a constituição do indivíduo por meio da separação de sua mãe.

Trazendo à luz o período da gestação, que corresponde aos meses da espera do bebê real, representado ainda apenas no imaginário de sua mãe, surgem os seguintes questionamentos: como delinear esse processo de representação no psiquismo materno? Como conceber emoções tão distintas ao mesmo tempo, a saber, a alegria de gerar e o sentimento de invasão dentro do seu corpo?

A mãe para se investir deste papel precisa do tempo da gestação, necessário para criação da subjetivação do seu bebê, mais do que como um ser biológico somente. Este bebê é parte do corpo dela e, com o tempo, passa a ser um ‘outro’ bebê objeto das projeções maternas. Este período também é necessário para a elaboração da angústia, consequente da intrusão no narcisismo da mãe, causada pela introdução desse outro, ainda que desejado, em seu espaço físico e psíquico.

Freud, ao observar as atitudes dos pais com seus filhos, percebeu que se tratava de uma reprodução do seu próprio narcisismo, há muito abandonado. O narcisismo vem a ser

o processo de constituição do Eu. É o retorno dos investimentos objetais em direção ao eu. É um fenômeno que se dá quando o indivíduo elege a si próprio como objeto de amor.

Esse narcisismo, que se constitui ao chamar de novo para si os investimentos anteriormente depositados nos objetos, pode ser concebido como secundário, sobreposto a um primário, que ainda não estabeleceu relação com o Outro. O autor em seu texto, À guisa de introdução ao narcisismo, (1914/2004) esclarece que “o Eu é investido de libido e de que uma parte dessa libido é depois repassada aos objetos; contudo, essencialmente, a libido permanece retida no Eu” (p. 99).

Para escolha objetal da criança, uma forma é a que ela toma seus objetos sexuais a partir de suas experiências de satisfação, a qual Freud denominou de *veiculação sustentada*. A outra maneira não se pauta pela imagem da mãe, mas pela de sua própria pessoa. Procura a si mesmo como objeto de amor, uma escolha chamada de *narcísica*. Ela privilegia uma ou outra forma para escolha do objeto de amor. Como ressalta o autor:

Estamos afirmando que o ser humano possui dois objetos sexuais primordiais: ele mesmo e a mulher que dele cuida, e com isso estamos pressupondo que em todo ser humano há um narcisismo primário, que eventualmente pode manifestar-se de maneira dominante em sua escolha de objeto (p. 108).

O amor objetal, de acordo com o tipo de escolha por veiculação sustentada, é característico do homem onde está presente uma supervalorização sexual que corresponde a uma transferência do narcisismo para o objeto sexual. Esse caminho leva ao empobrecimento da libido do Eu em benefício da libido do objeto. Já nas mulheres, em rigor, é apenas a si mesmas que elas amam. Como afirma Freud, elas não têm necessidade de amar, mas de serem amadas, e estão dispostas a aceitarem o homem que preencha essa condição.

No entanto, também para as mulheres narcísicas que se mantêm indiferentes aos homens, há uma via que leva ao pleno amor objetal. O bebê que gerarão mostrar-se-á diante delas como sendo parte de seu próprio corpo, representado por outro objeto, e, dessa forma, partindo de seu próprio narcisismo elas poderão dedicar todo seu amor objetal, sem restrições.

Dessa maneira, os caminhos que conduzem à escolha de objeto são do tipo narcísico: ama-se o que se é; o que se foi; o que se gostaria de ser e a pessoa do cuidador. Os tipos de escolha por veiculação sustentada são: a mulher que nutre e o homem protetor.

A atitude dos pais afetuosa para com os filhos é uma reprodução do seu próprio narcisismo, há muito abandonado. Dessa forma eles investem nas crianças seus sonhos e desejos não realizados. Atribuem a elas todas as perfeições e esperam que elas tenham mais oportunidades que eles e menos cobranças. Conclui Freud que “o comovente amor parental, no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais, que, ao se transformar em amor objetal, acaba por revelar inequivocadamente sua antiga natureza” (p. 110).

É no *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1996) que Freud, pela primeira vez, refere-se à questão do desamparo, quando apresenta a experiência de satisfação como momento inaugural da constituição psíquica. O desamparo introduz a necessidade do outro, a partir do qual se funda a capacidade de desejar.

O estado de desamparo diz respeito à incapacidade do bebê, quando nasce, de se cuidar sozinho, dependendo exclusivamente de um cuidador para sobreviver. Este estado, em correlação com a total dependência do bebê com relação a sua mãe, implica a onipotência desta. (Laplanche e Pontalis, 1982). Desta maneira, o bebê, embora incapaz de se satisfazer sozinho, adquire rapidamente a capacidade de estabelecer uma comunicação

com o outro cuidador, por meio do choro, por exemplo, que é escutado como um sinal de demanda e propicia a realização da satisfação de sua necessidade.

A perda ou separação desta mãe cuidadora é que provoca um aumento progressivo de tensão no bebê. Isso define o estado gerador do sentimento de desamparo. Para Freud, a dor primordial é a dor do desamparo, e o que a provoca é a consciência de estar separado do objeto. Houve uma mudança na obra freudiana da conceituação da dor mental como dor do desamparo (1895/1996), para a dor mental como reação à perda do objeto (1926/2001).

Freud percebia a dor mental como uma condição constitutiva do psiquismo humano. A ausência da mãe, assim, torna a própria mãe um objeto extremamente precioso. Perder o objeto torna-se um perigo para o eu e, dessa forma, sob condição do desamparo infantil, é fundamental que a criança sinta-se amada por seus pais.

Freud (1895/1996) afirma que, ao realizar o cuidado, o objeto externo oferece ao bebê uma *vivência de satisfação*, a partir da eliminação da tensão causada pelos estímulos endógenos. Esta vivência de satisfação traz consequências decisivas para o desenvolvimento das funções individuais, produzindo uma descarga de tensão no bebê que percebe o objeto que produziu a satisfação. Essa organização psíquica é chamada por Freud de *Ego*, o qual vai sendo constituído a partir das experiências de satisfação. Percebe-se, assim que a condição de desamparo marca os tempos iniciais do psiquismo e evidencia a importância da qualidade psíquica de seus cuidadores.

Será justamente na relação que marca os tempos inaugurais da vida com o outro que cuida e atende suas necessidades, que é apresentada ao bebê a possibilidade de constituição de recursos psíquicos que lhe serão exigidos nas experiências ao longo da vida. É nesse sentido que a condição humana de desamparo coloca em evidência a importância da qualidade psíquica dos cuidadores, demarcando o fundamental papel da qualidade das experiências nos espaços intersubjetivos.

Trilhando os caminhos das ideias de Freud dá para se inferir que, quando a mãe sofre ao deixar seu bebê no berçário, ela sofre pelo distanciamento do seu objeto narcísico de amor. A melancolia, como pontuou Freud (1917/2006) em seu escrito *Luto e Melancolia*, é deflagrada por uma perda de características particulares: trata-se de uma lesão que, instalada no inconsciente, alcança algo que ocupava o lugar de um objeto de amor, a saber, o bebê. A melancolia é desencadeada por uma perda narcísica que foge à consciência. É demarcada pela presença da ausência do objeto.

Do lado do bebê, a ausência materna é abordada por Freud como *objeto perdido*, quando este já estabeleceu relação de objeto. Essa perda do objeto se dá por meio de um processo duplo pelo qual o indivíduo se constitui: a perda do primeiro objeto parcial, o seio; depois pela perda do objeto de amor primário, a mãe (Mijolla, 2005).

Freud aponta dois momentos consecutivos nessa relação primordial do bebê humano com o outro maternal. No início, a ausência da mãe não representa a ausência de um objeto, visto que ela ainda não é um objeto para ele. Não se trata tampouco da falta de um objeto de amor, visto que o amor ainda não existe. Existe apenas a necessidade e, nesse sentido, a ausência da mãe coloca o bebê em uma situação de perigo, na qual o que ele experimenta será qualificado por Freud como *dor*.

Freud (1926/2001) sugere que a ausência da mãe provoca dor no bebê, e não angústia, pois este último ainda não consegue diferenciar uma ausência temporal de uma perda duradoura. É neste momento que ele coloca o outro, ou antes, sua ausência, na origem da dor, ausência que ele qualifica de situação traumática.

No início da vida do bebê, a mãe se confunde com o que é dela, seu eu ainda está misturado, como se o bebê fosse ela. Talvez se possa servir do modelo do bebê, em que o corpo e a psique são indissociáveis, para pensar o funcionamento do psiquismo da mãe.

Bydlowski (1998a) define como transparência psíquica essa modalidade particular de funcionamento do psiquismo materno, na qual a eficiência habitual do recalçamento se vê reduzida, permitindo a emergência de conteúdos psíquicos recalçados, relativos a experiências e fantasias infantis; esse estado é, conforme a autora: “(...) marcado por um superinvestimento da história pessoal da mãe, com uma plasticidade importante das representações mentais centradas sobre uma inegável polarização narcísica” (p. 217).

Recorrendo às ideias de Winnicott acerca de como surge uma mãe, ele afirma:

Com efeito, é caso para indagar como poderia a mãe aprender a ser mãe de qualquer outro modo que não assumindo a plena responsabilidade? Se faz apenas o que lhe dizem, terá de continuar sempre fazendo o que lhe disseram e, para melhorar, não terá outra solução senão escolher alguém melhor para dar-lhe instruções. Mas se se sentir livre para agir de maneira que lhe ocorrer naturalmente, a mãe aprimorar-se na sua tarefa (1985, p. 26).

Melgaço (2001) relata que a concepção de um bebê tem início antes mesmo de ele ser gerado, visto que ele já está presente nas fantasias inconscientes de uma mãe e de um pai, antes de eles se relacionarem. E explicita que “na gravidez, essas fantasias vão se modulando na imagem que vão construindo daquele bebê. Esse bebê imaginário, cuja existência é fundamental, vai sendo investido de desejo, e essa imagem será confrontada e organizada, posteriormente, com o bebê da realidade” (p. 189).

A possibilidade de imaginar um bebê é fundamental não somente para a mãe, mas, também, para o próprio bebê. O ser humano não nasce com um eu constituído, ele vai acontecendo na relação com os outros (Freud, 1914/2004). Para o bebê, se não há algo que o precede, se não há alguém que lhe diga o que dele se espera, ele não se tornará um sujeito (Alaunier, 1990; Dolto, 1984).

O bebê imaginado, que é encenado pela mãe na relação com seu bebê da realidade, dará ao bebê da realidade as pistas para que ele possa ir se constituindo, já que é papel fundamental da mãe metabolizar e humanizar os impulsos do recém-nascido, dando-lhes

um sentido (Alaunier, 1989). Para a autora, as leituras e os entendimentos feitos pela mãe dos comportamentos do seu filho vão sendo inseridos na caracterização desse futuro ser.

Algum significado tem que ser encontrado para os choros, reflexos e caretas que o bebê faz. Segundo Rute (1995), a mãe injeta intencionalidade no comportamento do bebê, atribuindo significados aos comportamentos por ele apresentados e dessa forma possibilitando que a mãe possa falar de uma interação com seu bebê.

Pode-se pensar então que a antecipação materna é um dos aspectos que proporciona à mãe encontrar sentidos ao completo sem sentido em que um recém-nascido se encontra. Para Alaunier (1990), nesse saber ou nesses entendimentos sobre o bebê a mãe lhe oferece um lugar, que está permeado por sua história pessoal e que o bebê vai tomar para fazer sua própria história.

Nesse processo de identificação dos sentimentos da mãe pelo bebê e dele pela mãe é que Bergès e Balbo (2002) trabalharam a respeito do transativismo, ou seja, aquele fenômeno em que uma criança vê outra machucar-se e chora sentindo a dor que, supostamente, aquela que caiu sentiu. Os autores utilizam-se desse conceito para trabalhar uma situação muito comum de uma mãe com seu bebê. É frequente observar em berçários, creches e escolas, o sofrimento que a mãe sente com relação à separação de seu filho e transmitir ou transferir esse sentimento atribuindo como sendo um processo dolorido para a criança.

Acerca da noção do transativismo, Gianlupi (2003), discorreu que:

A criança experimenta e dá sentido a um ato a partir do que foi experimentado pela mãe, numa identificação especular na qual há um efeito de linguagem em relação ao um ato corporal. Esse movimento permite que a mãe se coloque no lugar do filho e sinta o que ele deveria sentir. Por sua vez, o filho, percebendo a reação da mãe a um ato seu, coloca-se no lugar da mãe e repete o sentimento que ela experimentou por ele; o filho assume a posição ocupada pela mãe significando uma experiência própria a partir da qual foi sua mãe, no primeiro momento, que reagiu a determinado ato experimentado pelo filho (p. 57).

Para Penot (1991), isso constitui um assujeitamento do eu, e é por meio dele que se faz emergir o sujeito que não é o eu, mas é o outro. É em função disso que se diz que é pelos significantes do outro que o eu fala. Essa alienação, segundo a autora, é inevitável e tem como objetivo dar ao eu um corpo pelo reconhecimento do seu eu pela imagem especular do seu semelhante. Ou seja, somente se pode falar em eu e outro a partir do momento em que esse corpo, que ainda não foi tomado pela linguagem, se deixa permear pelos significantes vindos do outro primordial, para então se constituir enquanto eu. Esse processo remete à fase do espelho.

1.3. A Fase do Espelho como Constituinte do Eu

É, no intuito de continuar a explorar o tema acima, que se recorre ao conceito de fase do espelho ou estágio do espelho, como chamou Lacan, para explicitar sobre a mistura de sentimentos que começa em um sujeito da relação mãe-bebê e ecoa no outro. Essa relação de espelho em que um representa para o outro reflete o ser do outro, favorece, assim, o bebê a se constituir enquanto sujeito.

O termo *estádio do espelho* foi introduzido na psicanálise por Lacan, apoiando-se nas experiências de Henry Wallon (1975) sobre a prova do espelho. A primeira vez a ser empregado foi no congresso da *International Psychoanalytical Association (IPA)*, em Marienbad, em 1936, apresentação que não ficou registrada por escrito. Posteriormente, aparece o termo publicado em 1966, nos Escritos. Outros psicanalistas como Dolto, (1992) e Winnicott, (1971) também dissertaram sobre o tema, e o fizeram a partir desse texto lacaniano. Ambos serão os autores citados com maior ênfase neste ponto do trabalho.

Ao observar um bebê na frente do espelho, percebe-se como o bebê é seduzido pelo espelho. Essa sedução ocorre mesmo, ainda, quando ele não se reconhece naquela imagem.

A partir do momento em que, desse confronto com o espelho, surge o reconhecimento da sua imagem, o bebê será capturado por ela para sempre.

No texto de Lacan (1949), o autor propõe-se a dissertar sobre um estágio do desenvolvimento que se encontra entre os seis e os dezoito meses de idade. Apesar da imaturidade motora do bebê, ele reconhece determinada imagem do espelho como sendo a sua. Esse reconhecimento não ocorre sem assombros, e é preciso um longo caminho a ser trilhado para que essa imagem venha a ser reconhecida.

Para Wallon (1975), o espelho é considerado um objeto privilegiado para traduzir o aspecto externo do corpo. As dificuldades pelas quais as crianças têm que passar até poderem se apropriar de uma imagem total de si são ilustradas quando se observa uma criança na frente do espelho. Esse reconhecimento comporta duas etapas diferentes, a saber, o reconhecimento da imagem e a possibilidade de reportar essa imagem a si mesmo. Esse movimento implica uma saída do próprio centro da criança para poder reconhecer como sua aquela imagem que é externa a ela.

Esse processo de construção do Eu se remete à descrição da fase do espelho feita por Dolto (1992), a partir da qual se instala uma identidade do sujeito, mas que, para isso ser possível, num primeiro momento a criança não entende essa imagem como própria, pois ela se enxerga a partir dos rostos dos outros. É o outro que funcionará de espelho para a criança, sendo que, no primeiro questionamento dela a respeito daquilo que ela vê no espelho surge um estranhamento, pois essa imagem refletida não coincide com aquela que acreditava ter até então.

Winnicott ilustrou que “no desenvolvimento emocional individual, o precursor do espelho é o rosto da mãe” (1971, p. 153). Nos primeiros estágios do desenvolvimento emocional infantil, um papel vital é proporcionado pelo meio ambiente, pois, de fato, o bebê ainda não separou seu *eu* do *não-eu*, o que ocorre gradativamente.

O autor trouxe a seguinte questão: “O que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro que, normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo” (p. 155). O bebê passa rapidamente a fazer uma leitura das feições maternas e nessa relação de espelho toma para si os sentimentos vivenciados pela mãe. Pode-se refletir assim, a contribuição que uma família pode realizar no sentido do crescimento e enriquecimento da personalidade de cada um de seus integrantes.

A mãe coloca no rosto ou no olhar direcionado ao bebê seu estado de ânimo. Quando a mãe não retorna o olhar lançado pelo bebê, ele não consegue se enxergar e a consequência dessa não resposta é que o bebê vai perdendo a capacidade criativa. O rosto da mãe funciona como espelho e como lugar a partir do qual se iniciam as primeiras trocas significativas com o mundo, e se o rosto da mãe não cumpre essa função de espelhamento, “o espelho será algo que se enxerga e não algo dentro do qual se enxerga” (p. 149).

A mãe é mediadora privilegiada do discurso que vem do ambiente, mas é importante salientar que esse ambiente chega ao bebê pela interpretação que a mãe lhe fornece, e é sob essa ótica que se baseia a análise desse trabalho. Brazelton (1973) observou que as mães apresentam diferentes atitudes em relação a seus bebês normais e os com problemas no desenvolvimento, que ele chamou de infantes de risco. Além dele, outros investigadores, como Thoman (1979), demonstraram que a interação inicial mãe-criança facilita ou interfere no desenvolvimento adaptativo do infante, sendo que vários aspectos desse desenvolvimento são indicadores de consequências atuais e posteriores.

A esse respeito “vale dizer que a identificação específica das condutas sociais, nesse estágio, se funda num sentimento do outro, que só pode ser mal conhecido sem uma concepção correta de seu valor inteiramente imaginário” (Lacan, 1938, p. 32). Dolto (1977) denota que durante os primeiros meses de vida é necessário que haja apenas uma pessoa para que o bebê eleja a fim de se relacionar com ele, com o intuito dele se centrar

em seu próprio interior. É o outro que detém a identidade do sujeito, pois é por meio daquele, ou melhor, da mãe nutriz, que o bebê reconhece e se conhece.

Durante esse período inicial enquanto a mãe se comunica e entende as necessidades do bebê por meio de sua capacidade empática, este também desenvolve a capacidade de perceber o humor da mãe, bem como seus desejos conscientes ou inconscientes. A fim de ilustrar o tema, recorre-se às ideias de Spitz (1965/1979, p. 103), em que afirma que “consciente ou inconscientemente, cada parceiro na dupla mãe-filho percebe o afeto do outro e, por sua vez, responde com afeto, numa troca afetiva recíproca contínua”.

Como o bebê se constrói na relação com o outro, este vai lhe fornecendo sentido a seus atos a partir dos próprios significados e então ele vai tendo noção da realidade e adquirindo a noção do eu. O bebê toma emprestado da mãe seus primeiros enunciados identificantes que o identificam como sujeito (Aulagnier, 1994).

Assim, os enunciados identificantes encenados pelos pais na relação cotidiana com o bebê possibilitam o trabalho de constituição subjetiva. E é isso que propicia a primeira identificação com a sua própria imagem. O assujeitamento ao desejo do outro ocorre também pela captura desse esboço do eu por uma imagem que lhe pertence. Essa possibilidade de pertencimento a uma imagem de um corpo em particular permite colocar em cena o eu, mesmo que ainda precariamente, em relação aos outros.

Isso remete ao postulado freudiano (1923) em que “o eu deriva, em última instância, de sensações corporais, principalmente aquelas que partem da superfície do corpo. Cabe considerá-lo como a projeção psíquica da superfície do corpo (...) sendo o eu-consciente acima de tudo um eu-corpo” (p. 29).

Dessa maneira, pode-se relacionar a constituição do eu à constituição narcísica do sujeito e, conseqüentemente, a formação do ideal. Freud (1914), trabalhando sobre o destino dado ao narcisismo infantil no adulto, depara-se com o processo de repressão que

acarreta a formação do ideal, ideal este que servirá de guia para medir e julgar o eu atual. Para o autor, o narcisismo é deslocado para esse ideal a partir do qual o eu tentará recuperar o seu narcisismo mediante a possibilidade de cumprir com esse mesmo ideal.

Diversos estudos indicam que variações culturais e educacionais afetam a responsividade materna de maneiras específicas, ratificando e ampliando dados sobre as hipóteses de que o ensinamento maternal e o ambiente sociocultural emergem como influências importantes na responsividade materna.

Autores como Fleming, Ruble, Flett e Shaul (1988) salientam como algumas condições e características maternas, tais como: insensibilidade, depressão crônica, ansiedade extrema, apresentados nas relações iniciais ou durante o decorrer da infância, afetam negativamente o desenvolvimento infantil. Níveis elevados de ansiedade materna, desinteresse maternal ou inconsistências nos cuidados do bebê, são extremamente relevantes à condição do desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças.

Seguindo as ideias dos autores acima, se é a mãe que faz o intercâmbio nos sentimentos do bebê, pode-se inferir que a adaptação dependerá também da relação da mãe com seu bebê. Ela pode ser uma aliada da psicóloga de um berçário para ajudar o bebê a ficar mais tranquilo nesse momento, o que torna sua presença imprescindível.

É agindo e interagindo com pessoas e objetos que a criança estrutura as bases de sua personalidade e se desenvolve. Assim, esses estudos embasam o presente trabalho de forma que explica como que o relacionamento da mãe com seu bebê influencia na adaptação a um berçário e como essa adaptação traz consequências sobre essa relação. De certo que as relações são sempre influenciadas e influenciáveis no e pelo ambiente.

Aos profissionais da psicologia de uma instituição cabe ter uma percepção e saber explorar dados dessa relação para que possa ajudar a tornar mais tranquila à adaptação. Pode ser de muita valia um contato prévio, entre psicóloga e família, para ouvir sobre as

expectativas e sentimentos com relação a essa separação, orientando assim sobre como os sentimentos da mãe são incorporados pelos bebês, e passar segurança sobre os cuidados que a família terá pela equipe nessa nova fase. Estimular também que ela converse com seu bebê sobre o momento novo que eles viverão transmitindo, assim, a segurança que ela está sentindo.

Capítulo II:

Alguns conceitos de Winnicott sobre a relação mãe-bebê que estruturam o psiquismo do bebê

Donald Woods Winnicott (1896-1971) escreveu uma obra voltada para os processos de maturação; em especial, para os momentos constituintes do si-mesmo e da relação com o outro. Era um observador atento dos estágios iniciais do desenvolvimento emocional que antecedem a constituição do Eu, o qual se baseia na primeira relação – mãe-bebê.

O pediatra e psicanalista trouxe inestimáveis contribuições, baseado na sua experiência clínica, em que acompanhou, durante a Segunda Guerra, crianças que foram separadas dos pais e levadas a abrigos. Ao estudar os efeitos dessa separação, desenvolveu conceitos que serão utilizados neste capítulo e têm muito a contribuir e a fundamentar a prática clínica vivida em um berçário: que é o momento de uma separação da díade. Até então esta era quase que exclusivamente um ser vivendo em dependência do outro, no que Winnicott chamou de *unidade*.

Para o autor, como dependência na primeira infância é um fato, ele a inseriu na teoria do desenvolvimento da personalidade. O início do surgimento do ego inclui uma quase dependência absoluta do ego auxiliar da mãe e da regressiva e cuidadosa diminuição dela visando à adaptação do filho ao ambiente. Isso é o que ele chama de mãe suficientemente boa e que se desenvolve em um ambiente que figura, entre outros aspectos, essenciais da dependência. Winnicott aponta que “inicialmente a mãe é sozinha o ambiente favorável” (1983, p. 81).

Serão abordadas no capítulo: as concepções de Winnicott sobre a dependência, a mãe suficientemente boa, a preocupação materna primária e os papéis de cuidado

desempenhados pela mãe. A angústia de separação e a ansiedade dos oito meses, abordadas ao final, serão elucidadas com o auxílio das teorias de Bowlby, Spitz, além das de Winnicott e com a finalidade de servir como base para que se possa no capítulo seguinte falar sobre separação e adaptação à instituição.

2.1. A Dependência Segundo Winnicott e a Constituição do Psiquismo do Bebê

Ao pensar sobre dependência absoluta, termo que Winnicott utilizou para descrever os momentos iniciais da mãe com seu bebê, em que ela está muito identificada com ele e sabe como ele se sente, utilizando de suas próprias experiências enquanto bebê que já foi, remete a inferir o estado que existe na psicologia denominado simbiose. O termo simbiose, de etimologia grega, deriva de *sym* (junto de) e *bios* (vida) e é utilizado para descrever uma relação funcional estreita, harmônica e produtiva entre dois seres que interagem ativamente com a finalidade de um proveito mútuo.

Winnicott, ao discutir a questão da interação mãe-bebê, inicialmente parece rejeitar o uso do termo simbiose, como expresso em seu artigo “*A Preocupação Materna Primária*” (1956), quando diz:

Acredito que esses vários conceitos e noções deveriam ser reunidos num conjunto, e que o estudo da mãe deveria ser trazido para fora do campo puramente biológico. O termo simbiose não nos leva mais longe do que à comparação entre relacionamento da mãe e do bebê com outros exemplos da vida animal e vegetal – a interdependência física. As palavras equilíbrio homeostático evitam certos aspectos mais sutis que surgem ao nosso olhar, quando observamos esse relacionamento com a atenção que lhe é devida (2000, p. 400).

Entretanto, suas formulações, com ênfase no fenômeno do *equilíbrio homeostático*, se aproximam da descrição de simbiose mãe-bebê, tal como estudada por Margaret Mahler (1993), particularmente a partir do conceito de preocupação materna primária, em que o

estado de alerta da mãe promove uma vivência mãe-bebê muito semelhante à do meio intrauterino, com uma comunicação imediata e direta entre as partes. Nesse sentido, Winnicott discorreu que a mãe e o bebê constituem uma unidade.

Os nove meses de gestação passaram; o parto já aconteceu: a primeira separação ocorreu, e um novo membro está presente na família. Os primeiros meses transcorrem com cada dia sendo uma nova descoberta, principalmente na relação entre a mamãe e seu bebê. Com o passar dos meses cria-se um vínculo emocional, e a criança percebe sua mãe fazendo parte dela, como se a figura materna fosse sua continuidade. Pode-se dizer que ambas constituem uma só unidade.

Do ponto de vista do bebê, nada existe além dele próprio e, portanto, a mãe é, inicialmente, parte dele. Identificação primária. Isto é o começo de tudo, e confere significado a palavras muito simples, como ser... O importante é que eu sou *não significa nada, a não ser que eu, inicialmente, seja juntamente com outro ser humano* que ainda não foi diferenciado... Ser é o início de tudo (Winnicott, 2006, p. 9).

Durante essa fase, a continuidade do ser é o sentimento que resulta da fusão da mãe suficientemente boa com o bebê. Nesse momento não ocorre o vínculo entre corpo e psique, e não há lugar para a realidade não-eu. A mãe empresta seu ego ao bebê e é por meio da dependência que inicialmente o bebê se desenvolve.

Quando se fala em apego, por vezes, pode-se fazer uma relação com a palavra dependência e vínculo. Essas palavras são próximas, porém guardam suas diferenças. A partir deste ponto será feita uma análise do termo que Winnicott desenvolveu e que, segundo afirma Newman (2003), talvez seja a palavra mais importante que ele usou: dependência.

Winnicott, em uma reunião da Sociedade Britânica de Psicanálise, afirmou que “não existe tal coisa chamada bebê (...) se você me mostrou um bebê, você certamente me mostra alguém cuidando do bebê” (1985, p. 99), dizendo com isso que ao tentar descrever

um bebê se faz necessário falar de um bebê e de alguém. Um bebê não pode existir sozinho porque ele é essencialmente parte de um relacionamento. E continua o autor na mesma página que “na condição em que o bebê nasce, a dependência é real, uma vez que eles dependem integralmente do outro para sobreviver”.

O autor enfatiza também sobre o processo de individuação, que se inicia em uma fase de dependência absoluta correspondente ao narcisismo primário ou estado fusional do bebê com sua mãe. Portanto o ser só é possível com outro ser humano, mas ao mesmo tempo precisa ser Eu.

O desenvolvimento emocional primitivo para Winnicott era o caminho da dependência à independência, e esse percurso apresenta três estágios, a saber: a dependência absoluta, a relativa e o rumo à independência – sendo possível pensar que esse caminho também corresponde à clínica do autor.

Ele deu primazia à evolução psíquica do ser humano durante a fase de dependência absoluta. Winnicott pontuou que nos primeiros seis meses de vida, aproximadamente, o bebê acha-se num estado de dependência do meio que é representado pela mãe ou por quem exerça essa função. O bebê não tem conhecimento de seu estado de dependência e na sua mente ele e o meio são uma só coisa. “O lactente e o cuidado materno juntos formam uma unidade” (1983, p. 40).

Winnicott descreveu como o indivíduo cresce, a partir da dependência absoluta, para uma forma de ser pessoal. Como o indivíduo, com a percepção de si mesmo, converte-se numa pessoa comum e única ao mesmo tempo em suas características, e conta com a ajuda do ambiente que torna possível e facilita esse processo.

Isso só será possível se o bebê tiver uma *mãe suficientemente boa* para oferecer-lhe uma adaptação ativa no início. Desta forma, ela evita submeter o bebê a situações além da sua capacidade de dar conta e oferece fragmentos tão simplificados do mundo quanto é

capaz de assimilar. Ao mesmo tempo, assegura condições ao bebê de ter, com o passar dos dias, uma forma de continuar a existir, uma vida, oferecendo condições ao bebê de sair desse estado rudimentar de dependência para um mais integrado, a independência.

Na experiência em um berçário, o que se notava era a resistência de algumas mães em oferecer essa passagem do estado de dependência de seu filho, pelo menos com relação aos cuidados maternos em tempo integral, não permitindo, assim, que ele fosse cuidado por outras pessoas, e desta forma, atrapalhando o processo de adaptação ao ambiente novo e à nova cuidadora. Outra forma de manter a dependência era vista como a resistência em oferecer alimentação e tirar o bebê do aleitamento materno exclusivo.

Winnicott postulou que a mãe é quem apresenta o mundo à criança, mas em dose que a criança possa tomar, de tal maneira que o traumático termina sendo aquilo que a criança não pode compreender, ou não pode encontrar-lhe um sentido. Essa forma de mostrar o mundo ao bebê é que influencia muito na formação da sua personalidade.

Essa é a relação do tema do trabalho, pois a adaptação a um berçário também depende de como a mãe apresenta esse lugar para seu filho. Se ela está confiante nesse ambiente e nas pessoas que cuidarão dele, essa adaptação tende a ser mais tranquila para a criança, que sentirá os efeitos da confiança de sua mãe. Assim, esse é um trabalho importante do local: estabelecer essa ligação com a família e acolhê-la com carinho e profissionalismo, sabendo que quem sabe mais sobre a criança é a mãe e não os profissionais.

Quem trabalha em berçário ou creche sabe como é difícil conquistar um bom relacionamento entre os profissionais desta instituição e as famílias, em especial, as mães das crianças. Esse relacionamento parece sempre ser uma questão delicada, que pode apresentar problemas a qualquer momento, por qualquer motivo.

Há uma diversidade de formas de maternagem. Existem aquelas mães mais tranquilas, outras mais ansiosas, as que tratam as cuidadoras como rivais, na fantasia de que poderão roubar o seu lugar de mãe, as que requerem mais atenção, outras mais exigentes nos cuidados.

Por outro lado, existem também as educadoras mais pacientes, tolerantes e as mais exigentes; as que ouvem mais as mães e as que esperam mais ser ouvidas e ainda as que impõem seu jeito de cuidar, querendo que a mãe siga em casa exatamente como elas fazem no berçário, alegando que o bebê fica melhor nesse ambiente do que em casa, ao ouvirem as queixas das mães – como, por exemplo, a de que o bebê dorme tranquilamente no berçário e em casa não tira um cochilo.

É na segunda fase da vida do bebê, aproximadamente dos seis meses aos dois anos, que a criança pequena entra na fase de *dependência relativa* do ambiente. É assim chamada porque a criança se conscientiza de sua sujeição e, por conseguinte, tolera melhor as falhas da mãe, assim torna-se capaz de resistir às frustrações e tirar proveito das falhas maternas para desenvolver-se. É neste momento de vida do bebê que geralmente ocorre o ingresso nos berçários, época em acaba a licença-maternidade.

O autor afirma que “a recompensa desse primeiro estágio (dependência absoluta) é que os processos de desenvolvimento do lactente não são distorcidos. A recompensa neste estágio de dependência relativa é que o lactente começa, de certo modo, a se tornar *consciente* dessa *dependência* [grifos do autor]” (1983, p. 84).

Quando a criança já está aproximadamente com dois anos, novos desenvolvimentos se iniciam e estes habilitam a criança a lidar com a perda. Neste momento, a criança já pode caminhar para a fase seguinte: rumo à independência, etapa que nunca é conquistada por completo, pois os seres humanos, de uma forma ou de outra, dependem de outro para sobreviver e se relacionar. O autor entende o desenvolvimento emocional do indivíduo

como uma passagem da dependência absoluta à independência. O que não significa que alguém alcance uma completa independência. Pontua ele que “o indivíduo sadio conserva a capacidade de transitar livremente de um estado ao outro” (2005, p. 132).

Todas as fases são importantes para o desenvolvimento do bebê. Porém, o momento inicial dos pais com seu bebê, na primeira hora após o nascimento dele, cria um ambiente propício à formação do apego e do vínculo e reforça o poder do contato inicial.

Os efeitos significativos das primeiras horas e dias são explicados em parte pelas observações feitas por Winnicott (1956), que descreveu um especial estado mental das mães no período pré-natal envolvendo uma sensibilidade muito aumentada e um foco sobre as necessidades de seu bebê. Ele mostrou que esse estado de preocupação materna primária inicia-se próximo ao término da gravidez e continua pelas semanas iniciais após o nascimento do bebê.

2.2. A Preocupação Materna Primária

Winnicott desenvolveu o conceito de preocupação materna primária para descrever a capacidade e a disponibilidade da mãe em despojar-se das suas necessidades pessoais em função das necessidades do seu recém-nascido. Essa disponibilidade e capacidade materna fazem com que ela faça o que é adequado para o seu bebê naquele momento, já que ela sabe, por identificação, o que seu filho sente. Sobre isso, Winnicott dissertou que:

Gradualmente, esse estado passa a ser o de uma sensibilidade exacerbada durante e principalmente ao final da gravidez. Sua duração é de algumas semanas após o nascimento do bebê. Dificilmente as mães o recordam depois que o ultrapassam. Eu daria um passo a mais e diria que a memória das mães a esse respeito tende a ser reprimida (2000, p. 401).

A mãe precisa de um apoio afetivo e um ambiente protetor para desenvolver e manter esse estado. Continua o autor que essa condição organizada seria uma doença no caso de não existir uma gravidez, e poderia ser comparada a um estado de retraimento ou de dissociação, ou a uma fuga, ou mesmo a um distúrbio num nível mais profundo, como por exemplo, um episódio esquizoide, no qual um determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente, mas se faz necessário. Conforme elucidam Guedeney e Lebovici, “é a loucura materna que deve dar lugar, à mãe suficientemente boa. Entre os experimentalistas, tratar-se-ia de uma ‘janela’ comparável à que deve existir nos recém-nascidos para evidenciar suas competências específicas” (1999, p. 59).

A mãe imersa neste estado especial de identificação com seu bebê é capaz de atender às necessidades deles e permitir, assim, sua adaptação ao mundo. Como se debruça Winnicott sobre o tema, “o meio ambiente satisfatório começa com alto grau de adaptação às necessidades individuais da criança. Geralmente a mãe é capaz de promovê-lo, por causa do estado especial em que ela se encontra, o qual denominei de ‘preocupação materna primária’” (p. 4).

No período em que compreende a preocupação materna primária, no qual o aspecto regressivo se faz presente, a identificação é o mecanismo utilizado para que se possa entender que, em grande parte, a mãe é o bebê e o bebê é a mãe. Winnicott enfatiza essa posição de identificação da mãe dedicada comum, a qual ele entende tornar-se possível em consequência de que a mãe já foi um bebê um dia e tem lembranças e recordações de que alguém também cuidou dela. Segundo o autor, essas lembranças podem favorecer ou dificultar o seu desempenho e sua experiência como mãe.

De um lado há identificação necessária da mãe com seu bebê; por outro, há dependência absoluta do bebê em relação à mãe. Esse estado de dependência favorece uma

identificação da mãe ou do cuidador, sendo que, diferente disso, não seria possível cuidar do bebê de maneira integral, como o bebê precisa no início de sua vida.

Segundo Winnicott:

O que nos interessa é a enorme diferença psicológica entre, por um lado, a identificação da mãe com o bebê, e por outro, a dependência do bebê em relação à mãe. A dependência não implica em identificação, pois esta última constitui um fenômeno complexo demais para que o localizemos nos primeiros estágios de vida do bebê (2000, p. 400).

O contato da mãe com sua própria experiência de ter sido um bebê um dia, quando pôde contar com cuidados de sua própria mãe, é que a capacita também a ofertar cuidados *suficientemente bons* para seu filho. Esta preocupação especial e a atitude de abertura da mãe para com seu bebê são fatores-chave no processo de criação do vínculo.

Pensando sobre essas questões pode-se levantar uma indagação: Como fica para as cuidadoras de uma instituição, que às vezes, nem filho tiveram, essa possibilidade de ir além dos cuidados físicos de um bebê e entender as necessidades dele (psicológicas e sociais)? Será que elas vivem esse sentimento por meio da experiência que traz aprendizado ou relembram da época em que foram bebês e, assim, cuidadas por alguém?

O que se percebe, na prática é uma forma particular de aprendizado contínuo de cada bebê, que evolui com a experiência delas. Muito embora, como cada bebê tem sua singularidade, alguns bebês ainda conseguem promover angústia quando choram e elas não conseguem acalotá-los e não entendem do que eles precisam no momento, recorrendo ao profissional da psicologia.

Nessa ocasião, é preciso tentar entender as particularidades de cada relação, seja da mãe com seu bebê, seja dele com sua cuidadora. Investigar se as necessidades do bebê estão sendo atendidas de forma adequada em ambas as relações; se há excesso ou falta a

relação tende a adoecer. Dessa forma, faz-se uma leitura da mãe e do ambiente, se estão suficientemente bons.

2.3. A Mãe Suficientemente Boa e o Ambiente Suficientemente Bom Segundo Winnicott

A mãe suficientemente boa é flexível o suficiente para poder acompanhar o filho em suas necessidades, as quais oscilam e evoluem no percurso para a maturidade e a autonomia. Essa mãe possui sensibilidade peculiar que a leva a poder sentir como se estivesse no lugar do bebê; é por essa via que ela responde às suas necessidades que são inicialmente corporais e, posteriormente, necessidades do ego. Para Winnicott, “é só na presença de uma mãe suficientemente boa que a criança pode iniciar o processo de desenvolvimento pessoal e real” (2005, p. 24).

O ego da mãe está em harmonia e contato direto com o ego do filho, e ela só é capaz de apoiar se for capaz de orientar-se para a criança. O autor elucidou que:

Tudo depende da capacidade da mãe de dar apoio ao ego... Quando o par mãe-filho funciona bem, o ego da criança é de fato muito forte, pois é apoiado em todos os aspectos. O ego reforçado (e, portanto forte) da criança é desde muito cedo capaz de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais fortemente marcados por tendências hereditárias (p. 24).

O apoio da mãe dado à criança para que ela desenvolva seu próprio ego, caso não ocorra ou falhe na sua passagem, deixará de fornecer à criança suporte para que ela desenvolva seus aspectos hereditários, em que identifique parte de sua estrutura psíquica com sua mãe. De outro modo desenvolver-se-á com aspectos mais relacionados ao ambiente, que pode ser ou não bom ou suficiente.

Acerca do assunto, reforça o autor (p. 25) ainda que:

Os bebês bem cuidados rapidamente estabelecem-se como pessoas, cada um deles diferentes de todos os outros que já existiram ou existirão, ao passo que os bebês que recebem apoio egoico inadequado ou patológico tendem a apresentar padrões de comportamento semelhante (inquietação, estranhamento, apatia, inibição, complacência).

Na realidade, para o bebê nada ainda se distingue como não-eu, de modo que ainda não existe um EU. O bebê começa a se estruturar então por meio da identificação. Esta é apenas potencial. É como se a criança pegasse emprestado o *self* de sua mãe.

O que não significa que a criança se identifica com a mãe, mas que não há conhecimento da mãe ou de qualquer outro objeto externo ao *self*; e mesmo essa afirmação não pode ser considerada correta, pois não existe ainda um *self* (p. 25).

Por essa linha de pensamento atribui-se à mãe um papel importante no desenvolvimento do indivíduo, pois é por meio dessa mãe suficientemente boa alinhada a um ambiente suficientemente bom que a criança se constitui de maneira plena. “Pode-se dizer que um ambiente satisfatório é aquele que facilita as várias tendências individuais herdadas, de tal forma que o desenvolvimento ocorre de acordo com elas” (1989, p. 4).

Nesse sentido, Winnicott discorreu que:

A saúde mental do indivíduo está sendo construída desde o início pela mãe, que oferece o que chamei de ambiente facilitador, isto é, um ambiente em que os processos evolutivos e as interações naturais do bebê com o meio podem desenvolver-se de acordo com o padrão hereditário do indivíduo. A mãe está assentando, sem que o saiba, as bases da saúde mental do indivíduo (2006, p. 20).

Na verdade, o sucesso ao cuidar de um bebê depende mais de uma devoção, do que da inteligência ou do conhecimento. Como explica o autor, “a mãe suficientemente boa, conforme assinalei, parte de uma adaptação quase total às necessidades de seu bebê, e com o passar do tempo adapta-se cada vez menos inteiramente, de acordo com a capacidade crescente do bebê de lidar com as suas falhas” (p. 326).

Se tudo acontece bem, o bebê pode verdadeiramente ganhar algo com a experiência de frustração, pois a adaptação incompleta à necessidade torna os objetos reais, ou seja, tanto odiados quanto amados. Os objetos transicionais são exemplos disto. Transcorre disto que, se está tudo bem, o bebê pode ser perturbado por uma adaptação à necessidade excessivamente prolongada, sem que ocorra o natural decréscimo, visto que a adaptação perfeita assemelha-se à magia, e o objeto que age de modo perfeito revela-se não melhor que uma alucinação.

No entanto, inicialmente a adaptação deve ser quase perfeita, e a menos que assim seja, não é possível ao bebê começar a desenvolver a capacidade de relacionar-se com a realidade externa, ou mesmo de conceber uma. Em outras palavras, o bebê é posto em diversas e sucessivas situações para que se adapte a uma nova realidade, exemplificando, quando é um feto na barriga e está acomodado à situação vem o nascimento e ele tem que dar conta de respirar sozinho; para se alimentar mama e depois precisa se adaptar à alimentação pastosa.

Winnicott (1989) enfatiza que:

A mãe saudável pode retardar sua função de não conseguir se adaptar até que o bebê tenha se tornado capaz de reagir com raiva, em vez de ficar traumatizado pelas incapacidades da mãe. Trauma significa quebra de continuidade na existência de um indivíduo. É somente sobre uma continuidade no existir que o sentido do *self*, de se sentir real, de ser, pode finalmente vir a se estabelecer como uma característica da personalidade do indivíduo (pp. 4-5).

Para o autor (2000), – a mãe, não necessariamente a própria mãe do bebê – suficientemente boa é a que faz uma adaptação ativa às necessidades dele que gradativamente diminui de acordo com a crescente capacidade do bebê de aguentar as falhas na adaptação e suportar os efeitos da frustração. Naturalmente, a mãe propriamente dita tem maiores condições de ser suficientemente boa do que outra cuidadora, uma vez

que essa adaptação ativa tem início desde a gestação e exige uma preocupação fácil e livre de ressentimentos.

O ser humano, portanto, depara-se desde a infância com a questão do relacionamento entre o que é objetivamente percebido e o que é subjetivamente concebido, e na resolução desse problema não haverá saúde para o indivíduo cuja mãe não lhe proporcionou uma base adequada. Assim, o autor ilustra que:

Na primeira infância, essa região intermediária é indispensável para que se inicie um relacionamento entre o bebê e o mundo; e sua existência se deve à maternagem suficientemente boa na crítica fase precedente. A continuidade (no tempo) do ambiente emocional externo e de elementos específicos do ambiente físico, tais como o(s) objetos(s) transicional(is), é essencial para que isto tudo possa acontecer (p. 329).

Winnicott formulou a teoria da mente que parte do princípio de que o desenvolvimento inicial do indivíduo implica num continuar a ser. O psicossoma inicial prossegue ao longo de certa linha de desenvolvimento, desde que esse continuar a ser não seja perturbado. Em outras palavras, para que o desenvolvimento do psicossoma inicial aconteça de forma saudável, é necessário um ambiente perfeito. No início, essa necessidade se dá de modo absoluto. O ambiente perfeito é aquele que se adapta ativamente à necessidade do recém criado psicossoma, no caso aqui o bebê.

O bom ambiente psicológico é na verdade físico, com a criança ainda no útero ou então sendo segura e cuidada de um modo geral. Somente com o passar do tempo, o ambiente virá a desenvolver novas características que precisaram de outros termos para descrevê-las, tais como emocional ou psicológicas ou social. De tudo isto emerge a mãe devotada comum, com sua capacidade de adaptar-se ativamente às necessidades do seu bebê proveniente de sua devoção integral ao seu filho.

Winnicott (2000) explana que a necessidade de um ambiente bom de início, absoluta, torna-se rapidamente relativa. A mãe devotada comum é suficientemente boa. Se

ela é suficientemente boa, o bebê virá a dar conta de suas falhas por meio da atividade mental. Isto se aplica não só à satisfação dos impulsos instintivos, mas igualmente a todos os tipos de necessidades primitivas do ego, incluindo até mesmo a necessidade de um cuidado negativo, ou de uma negligência ativa.

Essa atividade mental do bebê transforma um ambiente suficientemente bom num ambiente perfeito, transformando a falha relativa da adaptação num êxito adaptativo. A compreensão do bebê é o que libera a mãe da necessidade de ser quase perfeita. De um modo geral, ela tenta apresentar e manter o mundo do bebê tão simples quanto seja possível.

Sobre a adaptação da mãe às necessidades do bebê, Winnicott disserta que:

No processo de criação dos bebês é vitalmente importante que as mães forneçam desde o início essa adaptação ativa, primeiro em termos físicos e posteriormente em termos que incluem a imaginação, mas também é característica essencial da função materna uma gradual falha na adaptação de acordo com a crescente capacidade do bebê individual de suportar a falha relativa por meio de sua atividade mental, ou seja, por meio da compreensão. Assim sendo, surge no bebê uma tolerância em relação a fatores tanto egoicos quanto instintivos (p. 335).

Com o tempo, o bebê passa a esperar gradativamente para ser atendido nas suas necessidades essenciais, como esperar a mãe enquanto ela prepara o alimento, o banho ou a troca de fraldas. À medida que ele amadurece, cresce e se desenvolve, ele consegue suportar alguns períodos de espera. E assim, experimenta momentos de independência. Igualmente acontece no ingresso de um bebê ao berçário, que aprende a esperar enquanto sua mãe trabalha e suporta a ausência dela. Isso ocorre devido à capacidade do bebê em se adaptar às situações.

Winnicott correlaciona o ambiente com o crescimento humano e articula que no desenvolvimento inicial do ser humano, “o ambiente que age de modo suficientemente bom *permite que o crescimento pessoal tenha lugar* [grifo do autor]. Os processos do eu

podem nesse caso permanecer ativos, numa linha ininterrupta de crescimento vivo” (p. 389). Caso o ambiente não se comporte de maneira suficientemente boa, o indivíduo passa a reagir à intrusão, e os processos do eu são cessados.

O paralelo que aqui se faz é com a questão do berçário com relação ao ambiente bom como de uma mãe suficientemente boa com a cuidadora atendendo de forma adequada às necessidades do bebê. É importante que o ambiente proporcione segurança ao bebê, para isso é imprescindível o estabelecimento de uma rotina bem como de estimulações adequadas à faixa etária da criança proporcionando a troca com outros bebês.

Quanto aos cuidados eles devem ser adequados até mesmo no ambiente do berçário, que ora é tido como local onde existem pessoas que sabem mais sobre como cuidar de crianças ora como última opção da mãe que não pode cuidar de seu filho e o coloca num depósito de crianças. Os cuidados precisam de um meio termo, nem falta nem excesso. Como por exemplo, percebia-se em algumas cuidadoras a relação de posse com os bebês, que estavam sob sua responsabilidade, sofriam quando elas saíam da sala, por estarem bem apegados. O contrário também acontecia, quando o bebê que chorava muito, às vezes, era punido sem colo pela falsa crença de que pegá-lo o deixaria manhoso.

Chatelard e Bonani (2010) dissertam como as relações inadequadas da cuidadora proporcionam transtornos de condutas e sintomas nos bebês e afirmam que:

Muitos destes transtornos estão ligados a desvios na interação mãe-bebê e suas interferências nas relações objetais. Estão relacionados à deficiência da qualidade da maternagem e relações impróprias ou inadequadas. A interferência da personalidade materna age como elemento desencadeador por não conseguir suprir a carga libidinal necessária, por deficiência ou aumento dos estímulos, condutas diversificadas, alterações cíclicas de humor ou incoerências em termos de qualidade e de quantidade do investimento, resultando num disfuncionamento desta interação (p. 53).

A mãe suficientemente boa precisa agir e deixar seu bebê interagir em um ambiente que seja também suficientemente bom e fornecer ao seu filho uma adequação ao mundo em que vive e às pessoas que o cercam, assentando assim a base de sua constituição psíquica. Winnicott ao se debruçar sobre o assunto afirma que:

A saúde mental do ser humano tem suas bases assentadas na primeira infância pela mãe, que fornece um meio ambiente onde os processos complexos mas essenciais no eu do bebê conseguem completar-se. Um bom estudo inicial seria talvez a descrição da tarefa da boa mãe comum, na medida em que podemos conhecer o que ocorre nessa parceria (p. 236).

O autor faz pensar sobre a importância dos sentimentos e reações das mães com seu bebê. Para Bowlby (1979), a louca adoração materna ajuda o bebê a tornar-se alguém que possui suficiente autorrespeito e autoconfiança, capaz de amar outras pessoas. Seguindo essas ideias, Ávila (2011) afirma que:

Nos casos em que a mãe é ausente, não está disponível ou rejeita o bebê, o vínculo mãe-filho pode ser perturbado ou rompido, o que pode ser prejudicial ao desenvolvimento do bebê se ele não encontrar uma figura substituta que o maternize. O que pode ser maléfico psicologicamente não é o fato de a criança ser entregue aos cuidados de outrem, mas o cuidador não conseguir mamãezar, convencê-la de que é querida e de que não será abandonada (p. 6).

Assim, tanto a mãe quanto o ambiente devem ser suficientemente bons para que haja no bebê, de fato, uma formação emocional saudável. Entretanto, caso a mãe não seja suficientemente boa e esse cuidado apresente falhas onde se estabeleça carências que não são corrigidas, o bebê poderá ter um comprometimento na constituição de sua subjetividade devido a esta deficiente relação materna. A privação de relações objetivas ao longo do primeiro ano de vida é um fato muito prejudicial, que leva a sérios distúrbios emocionais na criança, como se esta estivesse sendo privada de algum elemento vital à sobrevivência (Winnicott, 2006).

De acordo com o referido autor, os cuidados maternos adequados são indissociáveis do bebê e garantia de uma boa saúde mental. Um lactente isolado não existe: quando encontramos uma criança, há cuidados maternos. Acrescenta, por outro lado, que o rosto da mãe é o primeiro e único verdadeiro espelho do infante.

A relação mãe-bebê está correlacionada com o processo de maturação da criança. As primeiras experiências intersubjetivas desenvolvem-se num banho de afetos. (Lebovici, 1983). A mãe comunica os seus afetos interpretando as necessidades e desejos de seu filho. Para isto, ela utiliza as suas habilidades de empatia, que lhe deixam perceber os sentimentos e desejos do seu filho.

Recorrendo às ideias de Spitz (1979) sobre empatia, ele relata que:

A contrapartida da capacidade de empatia da mãe é a percepção que o bebê tem do humor da mãe, de seus desejos conscientes, assim como de seus desejos inconscientes. Como explicar o que ocorre com o bebê. Pois, se ele realmente se molda de acordo com os desejos da mãe, deve primeiro percebê-los. E ele os percebe, pois é um truísmo que o canal de comunicação que vai da criança para a mãe tem como equivalente um canal similar, que vai da mãe para a criança (p. 123).

Winnicott, nos anos 50, fez referência ao período durante o qual mãe e bebê encontram-se fundidos por uma *afinidade egoica* e, por meio da *relação de objeto* que é a capacidade de se relacionar com objetos, na década de 60. Estas expressões são sinônimas e dizem respeito ao fato que é a dependência, ou seja, que o bebê depende desse suporte egoico, da proteção e da segurança proporcionados pela mãe.

Essas questões muito primitivas começam quando a mãe, ao identificar-se com seu filho, é capaz e tem vontade de dar apoio no momento em que for necessário. Dessa forma, o autor categorizou a função da mãe suficientemente boa nesses primeiros estágios de vida do bebê.

2.4. O Papel do Cuidado Materno

Winnicott diferencia três séries de atos nos cuidados que a mãe dispensa à criança, “a integração do eu, a psique que habita o corpo e a relação objetal. Numa correspondência aproximada a estes três itens, temos as três funções da mãe: segurar, manipular e apresentar o objeto” (2006, p. 32).

O próprio termo *holding*, em inglês, como também em português, tem um significado abrangente, incluindo a ideia de tornar seguro, de firmar, de amparar, de impedir que caia, de garantir, de apoiar. Assim, à medida que o bebê cresce, o significado primeiro do segurar fisicamente o corpo do bebê amplia-se cada vez mais, até englobar a função de todo o grupo familiar, em sua designação de entorno da criança. Segundo Winnicott, “os cuidados com as crianças giram em torno do termo segurar, principalmente se permitirmos que seu significado se amplie à medida que o bebê cresce e que seu mundo vai se tornando mais complexo” (p. 54).

O holding leva em conta os cuidados que a mãe tem com seu bebê quanto à sensibilidade cutânea dele, como verificar a temperatura da água, à sensibilidade auditiva, protegê-lo dos barulhos que podem perturbá-lo, à sensibilidade visual, à queda, entre outros manejos.

No início, porém, é o ato físico de segurar a estrutura física do bebê que vai resultar em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis em termos psicológicos. “Os bebês adquirem confiança em um mundo amigável, mas, o que é ainda mais importante, por terem sido segurados suficientemente bem. A base da personalidade estará sendo bem assentada se o bebê for segurado de uma forma satisfatória” (p. 54).

Em uma instituição como um berçário, por exemplo, as cuidadoras deverão ser orientadas quanto ao ato de segurar e manipular os cuidados nos seus bebês. Esse cuidado

por ser rotineiro, acaba ficando mecanizado e é muitas vezes negligenciado. Essas cuidadoras deverão ter consciência de que na fase do holding o bebê é dependente ao máximo.

Por vezes, falta atenção exclusiva com seu bebê na hora de alimentá-lo, dar banho, trocar fraldas. Rotineiramente, isso é feito com as cuidadoras conversando com as outras, prestando atenção nos bebês que estão por perto que não são seus, mas estão sob seu cuidado naquele momento para ajudar uma colega que se ausentou. Winnicott demonstrou a importância desse momento quando narrou que “segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significa uma incessante interrupção desses processos, devido às reações do bebê às quebras de adaptação” (p. 54).

O holding inclui especialmente o segurar físico do bebê, e isso constitui uma forma de amar. Segundo o autor (1983) “é possivelmente a única forma em que uma mãe pode demonstrar ao lactente o seu amor” (p. 48). Há aquelas que podem sustentar um bebê e as que não podem; as últimas produzem rapidamente nele uma sensação de insegurança e um choro nervoso. O bebê está em fusão com sua mãe, e enquanto permanece assim, quanto mais próximo a mãe chegar de uma compreensão exata das necessidades de seu filho melhor.

Segundo Winnicott (2005), o holding deficiente produz extrema aflição no bebê, causando a “sensação de despedaçamento, de estar caindo num poço sem fundo, de um sentimento de que a realidade exterior não pode ser usada para o reconforto interno, e de outras ansiedades que são geralmente classificadas como ‘psicóticas’” (p. 27).

O *Handling* (manipular), talvez o mais importante para o berçário, reporta para os cuidados e as manipulações da criança pela mãe, que ao fazê-lo, proporciona-lhe sensações táteis, sinestésicas, auditivas e visuais, e contribui para a formação do sentimento do real em oposição ao irreal. “A manipulação deficiente trabalha contra o desenvolvimento do

tônus muscular e da chamada ‘coordenação’, e também contra a capacidade de a criança gozar a experiência do funcionamento corporal, e de SER” (p. 27).

O *object-presenting* (apresentar objetos) corresponde ao modo de apresentação do objeto ou realização, isto é, tornar real o impulso criativo da criança, e dá início à capacidade do bebê de relacionar-se com objetos. Assim, por meio da mãe, a criança tem acesso aos objetos simples, depois a objetos progressivamente mais complexos e finalmente à sua dimensão. As falhas nesse cuidado impedem ainda mais o desenvolvimento da capacidade do bebê de sentir-se real em sua relação com o mundo dos objetos e dos fenômenos.

Bowlby (1979) afirma que a mãe ou o cuidador devotado, que alivia as tensões do bebê, alimentando-o, hidratando-o, oferecendo cuidados de higiene e saúde, segurando-o ao colo para consolá-lo e falando com ele para acalmá-lo, está assentando, sem que o saiba, as primeiras bases de saúde mental do indivíduo. Existe unanimidade entre os autores que estudam o desenvolvimento da criança, que a interação mãe-bebê é categórica, pois determina o surgimento da vida psíquica e permite à criança uma construção de estrutura mental e emocional.

As palavras dos pais nos primeiros meses de vida é para o bebê um elemento estruturante de seu funcionamento psíquico, mas como o bebê sente muito as reações e sentimentos de seus pais pelo corpo, o toque, as carícias, os beijos e os abraços são muito importantes, pois são condutas que mantêm o contato e reforçam o apego.

Portanto, a atitude emocional e a afetiva da mãe servirão para orientar os afetos do bebê e conferir qualidade de vida a ele. É este padrão de relacionamento parental que dará origem à estrutura do desenvolvimento da criança e suas formas de apego com as pessoas.

Só agora começamos a dar-nos conta da maneira absoluta como o bebê recém-nascido necessita do amor da mãe. A saúde da pessoa crescida foi estabelecida no decorrer da infância, mas os alicerces da saúde do ser humano são lançados por

você, nas primeiras semanas ou meses de vida do bebê. Você está alicerçando as bases da saúde de uma pessoa que será um membro de nossa sociedade (Winnicott, 1985, p. 27).

Esse papel que a mãe desempenha nos cuidados com seu bebê o ajuda a estruturar-se como indivíduo. Trata-se de algo que parte da não-organização e vai se organizando sob condições especializadas e dessa forma pode ir se afastando progressivamente da matriz que proporciona essas condições ao bebê para torna-se um ser humano. Se tudo ocorrer bem, pode-se constatar, ao final, o surgimento de uma criança, cujo ego pode organizar as próprias defesas contra as ansiedades decorrentes dos impulsos do id e capaz de viver uma vida independente.

2.5. A Angústia de Separação e a Ansiedade dos Oito Meses

Para alcançar a fase em que ocorre o processo de separação e individuação foi necessário fazer a retrospectiva acima. Essa fase é marcada por uma extrema angústia de separação, a qual a criança passa a fim de obter sua identidade. Por volta dos oito meses, os bebês começam a engatinhar adquirindo progressivamente as habilidades necessárias para separar-se fisicamente de sua mãe. Mas emocionalmente, a angústia aumenta provocando algumas reações no bebê, que podem percorrer desde a falta de apetite até a dificuldade em dormir.

Os obstáculos que o bebê apresenta ao sentir-se sozinho, mesmo que sua mãe esteja por perto, recebem como explicação, que este ainda não conseguiu reter a imagem da figura materna internamente, ocasionando angústia ao perceber que ela se afastou. Pois nessa fase, o que sai do campo de visão da criança é entendido como tendo desaparecido.

Naturalmente, à medida que o bebê fica um pouco mais velho, a vida vai se tornando cada vez mais complexa. As falhas de adaptação por parte da mãe são,

elas próprias, uma adaptação à necessidade crescente da criança de reagir à frustração de ficar zangada e lidar com a rejeição de tal forma que a aceitação se torne cada vez mais significativa e instigante (Winnicott, p. 57).

Recorre-se às ideias de Spitz (1965/1979), que abordou a questão da ansiedade de separação e elucida que ela se situa entre o sexto e o oitavo mês da criança, e essa idade varia consideravelmente, uma vez que depende de vários fatores ambientais e culturais. Ela é resultado de relações entre dois indivíduos, a díade e assim, depende da capacidade deles de estabelecerem e manterem tais relações.

Spitz escreveu a ansiedade dos oito meses como, quando um estranho se aproxima da criança, ela apresenta intensidades variáveis de apreensão ou ansiedade e rejeita o estranho. Essa resposta da criança seria justificada pela percepção de que este estranho não é sua mãe, e conseqüentemente, a percepção da ausência dela. Nesse momento a criança distingue claramente um estranho de um não estranho. O que o autor explica ser a angústia de separação um segundo estágio do desenvolvimento, qual seja a capacidade da criança de estabelecer uma verdadeira relação objetal.

Anterior a essa fase, existe a reação de sorriso na idade aproximada de três meses. Nesta etapa, o bebê experimenta um sentimento agradável quando um rosto humano dele se aproxima e o ganho que ele tem no seu desenvolvimento na fase posterior, ou seja, na angústia de separação é que ele já reconhece e prefere o rosto da sua mãe e reage com ansiedade quando colocado na presença de um desconhecido. Como relata o autor: “Na minha opinião, isto é o indicador do estabelecimento do ‘objeto’ libidinal propriamente dito” (p. 119).

Para o autor, a ansiedade manifestada pela criança estaria ligada ao medo de perda da mãe, como ressalta que “quando confrontada com um estranho, sua reação é ao fato de que não se trata de sua mãe; sua mãe ‘a deixou’”. E continua que “quando as

manifestações da ansiedade dos oito meses são brandas, a presença da mãe bastará para apagá-las; ao passo que, na ausência da mãe, elas se mostrarão nitidamente” (p. 115).

Ele afirma que a ansiedade que o bebê demonstra não é uma resposta à memória desagradável com um desconhecido, mas sim à percepção de que o rosto estranho não é idêntico ao de sua mãe. Isso reflete que o bebê estabeleceu, nessa fase, uma verdadeira relação objetal, e que a mãe se tornou seu objeto libidinal, seu objeto de amor e a própria criança se diferenciou da mãe (Spitz, 1965/1979). Essa fase também está marcada pela maturidade da constituição e diferenciação do Eu. Pode-se inferir então que, para que haja crescimento é preciso que aconteça a separação.

De forma geral, a ausência da mãe é inicialmente sentida pelo bebê como separação, e sobre este tema Bowlby dissertou o seguinte:

Existem inúmeras provas de que a descontinuidade dos momentos de prazer, provocada pela separação da mãe ou mãe substituta permanente (depois de haver sido estabelecida uma ligação com segurança durante um período de ausência), é, em si mesma, perturbadora para a criança, não importando se a separação leva ou não a um período de não suficiência (1981/2006, p. 199).

Em condições normais, se esses eventos de separação ocorrem num curto intervalo de tempo, a recuperação da criança é relativamente rápida. No retorno da mãe, o bebê pode manifestar um comportamento indicativo de angústia de separação, apresentando uma necessidade excessiva de ficar sempre próximo à mãe, bem como manifestar muita ansiedade quando ela fica distante ainda que por curtos períodos. Porém, se a separação ocorre em períodos maiores do que a capacidade da criança de suportar a distância da mãe, há riscos de sérias perturbações na afetividade e no desenvolvimento da criança.

O comportamento de apego, envolvendo busca de proximidade pode ser ativado pelo medo, fadiga ou doença. Sendo assim, a ansiedade de separação passou a ser vista como uma disposição humana básica com o objetivo de sobrevivência (Bowlby,

1973/1993). O desenvolvimento do apego requer que a criança tenha a capacidade cognitiva de manter sua mãe na memória quando ela não está presente, capacidade esta desenvolvida na segunda metade do primeiro ano (Bowlby, 1989).

A visão de um estranho provoca uma resposta de medo em algumas crianças de sete meses e em quase todas de nove meses. Na mesma época em que a criança começa a ter medo de pessoas estranhas, passa também a temer objetos e situações estranhas. Ao final do primeiro ano, o bebê aproxima-se do familiar e das coisas agradáveis e se afasta quando percebe situações potencialmente perigosas, evitando assim, o desconhecido e o desagradável. Estas reações são concebidas como uma resposta adaptativa essencial (Bowlby, 1973/1993).

As reações da criança à separação materna têm sido distinguidas entre o protesto de separação e a angústia de separação (Bowlby, 1973/1993). O protesto de separação refere-se à resposta de protesto da criança à situação durante a qual a mãe a deixa, e a angústia de separação diz respeito à resposta da criança por ter sido deixada por sua mãe.

Bowlby (1984) disserta que “quando são afastadas das mães por estranhos, as crianças pequenas geralmente reagem com grande intensidade; e, após a reunião com a mãe, mostram comumente ou um grau intenso de ansiedade de separação ou então um excepcional desapego” (p. 4). No berçário acontecia de, por vezes, quando a mãe ou pai ia buscar o bebê, ele não reagia com alegria ao reencontro e se agarrava à cuidadora, parecendo uma forma de protesto pela separação.

O momento do reencontro da díade deve ser de alegria e satisfação, demonstrando assim, seu afeto, e não de reforço ao desapego. No início da interação é importante ter uma interação íntima, brincar, conversar, abraçar e beijar, pois valoriza o reencontro.

No processo de separação e adaptação, é ideal que a mãe se afaste paulatinamente da criança, deixando-a aos cuidados da educadora. Quando o bebê não a procurar com

frequência, passa a afastar-se fisicamente, inicialmente a curtos intervalos de tempo, aumentando-os gradativamente, conforme o ritmo da criança. No reencontro, o contato direto mãe-bebê é reforçado e restabelecido. O jogo de esconder possibilita à criança elaborar seu medo e confrontar-se com a sua capacidade de suportar estar só. Winnicott escreveu sobre a capacidade de estar só, em 1958, como “um dos sinais mais importantes do amadurecimento do desenvolvimento emocional” (1983, p. 31).

A brincadeira de achar e esconder, utilizando uma fralda, serve para ilustrar a memória do bebê que ainda não consegue reter a imagem de sua mãe. Ao cobrir o rosto do bebê, seu campo de visão fica limitado, e este acredita que a pessoa que está brincando com ele sumiu. Porém, ao retirar a fralda, rapidamente a pessoa volta a existir e ele sorri.

Com o amadurecimento, o bebê obtém a constância objetal emocional, e assim pode recorrer à imagem gravada internamente de sua mãe. Um recurso muito utilizado é eleger um objeto que represente o elo da relação mãe e bebê, com o objetivo de proporcionar à criança o sentimento de segurança, mesmo estando longe da mãe. Esse objeto ficou conhecido na literatura de Winnicott como objeto transicional. Ele pode ser entendido como uma passagem entre a descoberta da própria realidade subjetiva e o reconhecimento de um mundo externo como objeto diferente de si mesmo, fazendo a ruptura da simbiose.

Winnicott aponta que o apoio do ego materno facilita a estruturação do ego do bebê. Já para Kohut (1977), a origem do sentimento de si mesmo é, no seu início, virtual. Esse início encontra-se nas esperanças, sonhos e expectativas dos futuros pais. Para o mesmo autor (1984), por esse si mesmo estar virtualmente associado aos desejos maternos, a mãe consegue estar numa relação empática com seu bebê, consegue colocar-se no seu lugar em momentos de angústia e assim tranquilizá-lo.

A teoria de Bowlby demanda que a disposição para se estabelecerem relações de apego com uma pessoa é uma necessidade básica tão importante quanto a alimentação e o sexo. Essa relação de apego que o bebê estabelece com a mãe ou cuidadora principal depende da responsividade e sensibilidade desta pessoa com o bebê e não da satisfação das necessidades básicas dele pelo seu responsável.

O autor afirmou também que o período da infância humana torna a criança vulnerável e impotente para viver sozinha, principalmente nos primeiros anos de vida. Assim, o apego tem a função de sobrevivência, já que busca promover e manter uma proximidade segura com sua cuidadora.

A ansiedade de separação é vista como uma reação natural, que se torna mais proferida a partir do sexto mês de vida do bebê, quando o sistema de apego está mais organizado e centralizado na figura materna. É justamente com este período que coincide a adaptação ao berçário. As reações de escapar em situações estranhas podem aparecer mais abertamente.

Bowlby definiu, ainda, algumas formas de comportamento que são indicativas de medo despertado pela separação ou por situações, pessoas e lugares estranhos. Exemplos destes comportamentos são: o olhar de cautela, a imobilização da ação, a expressão facial assustada, o tremor ou o choro, a busca de refúgio, o esconder-se e o agarrar-se a alguém.

Estas formas de comportamento indicativas de medo são seguidas por três tipos de resultados previsíveis: imobilização, distância gradual de um tipo de objeto (ameaçador) e proximidade crescente de outro tipo de objeto, capaz de fornecer proteção (Rapoport & Piccinini, 2001).

Enquanto algumas crianças parecem desenvolver-se normalmente após uma experiência de separação e perda, outras apresentam dificuldades em superar estas situações. As diferenças existentes nas reações das crianças à separação materna

prolongada se devem à relação de cuidados a que a criança se submete quando não está com sua mãe. Quando esta sente que está num ambiente tranquilo e com cuidados suficientes, elas tendem a ficar tranquilas na ausência de sua mãe.

De acordo com Bowlby (1973/1993), isto pode ser explicado por fatores constitucionais, pelas condições nas quais a criança recebe cuidados quando afastada de sua mãe e pela qualidade da relação que mantém com os pais antes e depois da separação. Por isso, é muito importante que a cuidadora de um berçário ofereça qualidade no cuidado do bebê. Além disso, os efeitos da separação da criança de sua mãe vão depender da idade da criança, duração da separação e grau da privação. A criança demonstra maior inquietação, ao separar-se da mãe, quando ela fica num ambiente estranho ou quando é cuidada por uma pessoa desconhecida.

Alguns estudiosos expõem que o período para se inserir a criança em creches ou escolas é antes do primeiro ou após o terceiro ano de vida (Weinraub & Lewis, 1977). Eles afirmam que, em geral, a angústia de separação durante a ausência materna tem um pico em torno dos dezoito meses e começa a decrescer até aos três anos de idade.

Pode-se considerar que há fases durante as quais parece ser mais difícil para a criança lidar com separações. Varin, Crugnola, Molina e Ripamonti (1996) estudaram crianças de três anos que haviam ingressado no mesmo tipo de creche desde os seis meses. Os resultados mostraram vantagens e desvantagens do ingresso precoce na instituição. Nem todas as crianças que ingressam antes de um ano apresentariam risco de desenvolver problemas emocionais, mas algumas seriam menos hábeis em suportar o estresse da separação precoce. Como descrevem Rapoport e Piccinini:

Os resultados mostraram que crianças que entraram na creche entre 6-11 meses e 18-23 meses experimentaram mais reuniões difíceis com os pais, em comparação com aquelas que entraram entre 12-17 meses ou depois dos 24 meses. O grupo de 6-11 meses apresentou também mais dificuldade de tolerar frustração.

Os achados endossaram a hipótese de que as separações da mãe ou de outro responsável estável devido à entrada na creche durante a segunda metade do primeiro ano poderiam introduzir algum distúrbio na construção dos vínculos de apego. O grupo que ingressou entre 12-17 meses apresentou menos problemas em lidar com a experiência diária da creche, podendo constituir-se num período melhor para ingressar na creche.

Por outro lado, crianças que ingressaram na creche mais cedo mostraram níveis mais elevados de brinquedo e comunicação com as educadoras. Isto pode ser devido ao fato de que crianças que entram mais cedo numa creche de boa qualidade têm mais oportunidades e tempo para aprender a brincar com outras crianças (2001, p. 84).

Assim como nos bebês, a ansiedade de separação também ocorre nas mães. Como ilustram Hock, McBride e Gnezda (1989), a ansiedade de separação materna se refere a um estado emocional desagradável nas mães, o qual é evidenciado pela manifestação de preocupação, tristeza ou culpa, a partir de três dimensões: sentimento de aflição da mãe ao se separar de seu bebê, da percepção que ela tem sobre a aflição do bebê ao se separar, e da ideia que ela faz sobre a capacidade do outro para cuidar de seu bebê (Lopes, Alfaya, Machado & Piccinini, 2005).

Continuam os autores que “a ansiedade de separação pode ser compreendida ainda como uma manifestação típica de um período de transição para a maternidade, já que a mãe, assim como o bebê, encontra-se em estado de dependência e vulnerabilidade emocional” (p. 28). É comum perceber também, na prática, que algumas vezes, os bebês não apresentam dificuldade em se separar e as mães é que ficam angustiadas, achando que o filho não se importa com ela. Algumas até relatam que querem que eles chorem e, assim, demonstrem seu apego a elas.

Apesar de a maioria das mães, que ingressam no berçário do presente estudo, relatar sentimentos negativos diante das situações de separação, dificuldade esta típica do período de transição para a maternidade e estado de dependência na qual se encontravam, também foi possível averiguar que a qualidade do vínculo das mães com as cuidadoras é fundamental para o sentimento de tranquilidade e segurança que expressaram. Também se percebia que a instituição pode ser um local que traz muito alívio e segurança para as

muitas mães. Ao final, quando elas precisam retirar os filhos do berçário para uma escolinha, os relatos já são de sofrimento por deixar o local que elas e o filho se apegaram tanto.

Assim, parece que a presença de figuras de apoio pode ser fundamental para o alívio do sentimento de ansiedade experimentado pelas mães e conseqüentemente pelos seus bebês frente às situações de separação. Por isso se faz tão imprescindível a semana de adaptação, na qual ocorre o conhecimento entre as partes envolvidas e o desenvolvimento da confiança quanto aos cuidados substitutos da mãe por parte da cuidadora, propiciando assim o desenvolvimento do afeto dela com o bebê.

Conclui Spitz que “A ansiedade dos oito meses é a prova de que, para a criança, todos são estranhos, com exceção do único objeto; melhor dizendo, a criança encontrou o parceiro com quem pode formar relações objetais no verdadeiro sentido do termo” (1965/1979, p. 119).

Depois de trilhar os caminhos da separação e seus efeitos na relação mãe-bebê, serão abordados no capítulo seguinte o estudo do ingresso em um berçário e o processo de adaptação; como os cuidados substitutos são importantes para a segurança do bebê e da sua mãe; e serão explicitados os fatores que auxiliam e atrapalham essa entrada em uma instituição.

Capítulo III:

O momento da separação: a entrada em um berçário

O estudo do período de entrada da criança em uma instituição educacional é muito importante, visto que as experiências iniciais são bastante significativas para a constituição do psiquismo do bebê. Esse momento retrata como a relação mãe-bebê foi desenvolvida assim como ele também influencia a relação da díade. Neste período, os pais experimentam sentimentos contraditórios, como ansiedade, insegurança, satisfação e prazer de ver quando o filho se adapta, e também o de retornar ao trabalho.

A palavra *crèche* é de origem francesa e significa manjedoura e sua função é basicamente custodial e assistencial. A creche abrigava os bebês para que suas mães pudessem trabalhar tranquilas. As *gardeuses d'infants*, como eram conhecidas, recolhiam as crianças das ruas que andavam a esmo, sem cuidados básicos, enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas por até dezoito horas por dia. Berçário significa o local nas maternidades e hospitais, dependência ou seção onde ficam os berços das crianças recém-nascidas ou ainda instituição que se dedica à guarda, alimentação e supervisão médica dos recém-nascidos de mães que trabalham.

Em função do ingresso da mulher no mercado de trabalho, que muitas vezes garantia sozinha o sustento da família, veio a precisão de ter onde deixar seus filhos. Como afirma Cataldi (1992), as creches não surgiram para atender as necessidades básicas da criança, mas em virtude da necessidade da mulher de contribuir mais efetivamente na economia industrial capitalista.

No Brasil, somente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a creche veio a ser um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado, ficando vinculada à área da educação (Mariotto, 2009). A função da creche passou a ser definida,

então, como “educativa, voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança, enquanto contexto de desenvolvimento para a criança pequena” (Oliveira, 1992, p. 49).

Segundo Brazelton (1994), quando os pais colocam a criança na creche, esperam que este espaço possa ser um substituto da figura e dos cuidados maternos primários em todos os níveis. Espera-se que nesse lugar além dos cuidados básicos com seu filho, seja fornecida também uma estimulação adequada, desenvolvendo assim, a função educativa.

Rossetti-Ferreira (2002), ao sugerir a necessária associação entre educar e cuidar nas instituições educacionais brasileiras, afirma que “aqueles que nos cuidam medeiam nossa relação com o mundo” (p. 10). A autora aponta que a indissociabilidade entre o cuidado e educação precisa permear todo o projeto de uma instituição, pois as famílias quando matriculam seus filhos buscam compartilhar com os cuidadores-educadores o cuidado e a educação de seus filhos; acolhendo as mais variadas necessidades da criança. Sendo assim, a relação pedagógica envolve a disposição para cuidar e educar na mesma medida, e se reflete diretamente no conteúdo da atenção que se oferece às crianças pequenas (Zabalza, 2003).

O ato de cuidar demanda uma ligação afetiva entre a educadora e a criança. Para dar conta das necessidades básicas da criança, o adulto precisa estar atento a ela. Esta relação envolve afetividade e sensibilidade para perceber o que a criança precisa, pois para isso, é preciso antes saber como reconhecê-las e de que forma atendê-las (Veríssimo & Fonseca, 2003).

Falar sobre cuidado e educação significa versar sobre todas as situações contidas neste espaço como possibilidades de desenvolvimento para as crianças. Momentos como banho, sono, alimentação, troca de fraldas representam tempos e espaços privilegiados de contato dos bebês com os adultos e outras crianças presentes nos berçários.

Não se trata de atender de forma mecânica às necessidades básicas dos meninos e meninas, cuidando para que fiquem sempre limpos e saciados. Trata-se, sim, de aproveitar cada situação para proporcionar o desenvolvimento integral das crianças, observando, as particularidades de cada criança, oferecendo-lhe, inclusive, momentos de atenção individual, ainda que nas situações coletivas.

É necessário que as instituições abordem o cuidar e o educar de maneira indissociável e complementar no trabalho com crianças pequenas, como trata Bujes (2001) no trecho seguinte:

As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através [*sic*] das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para cuidar e educar estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação têm sido entendidos de forma muito estreita (In Craidy & Kaercher, 2001, p. 16).

Dessa forma não se atende apenas às demandas dos pais que esperam que as crianças não sejam apenas cuidadas, mas recebam atenção diferenciada, parecido com o que elas recebem em casa, e também que sejam estimuladas, educadas. Sobretudo que se atendam às demandas do bebê, com um olhar atento às necessidades da criança.

“As instituições infantis devem ser espaços nos quais as crianças possam aprender, crescer, desenvolver-se, sempre sob o olhar atento dos adultos. A associação entre educar e cuidar irá permitir que as crianças possam, de fato, desenvolver-se em seus múltiplos aspectos” (Nono, 2010, p. 133).

Trilhando os caminhos da educação e dos cuidados assistenciais, sem uma função excluir a outra, o berçário com ambas as funções tem vital importância para a constituição do ser a devir. Ele, juntamente à família, estrutura a personalidade da criança. Esse

entendimento se faz necessário para sempre existir aprimoramento das educadoras-cuidadoras.

Como dissertam Santos e Moura:

A creche instaura uma mudança de referenciais, na qual o bebê pode, desde muito cedo, conviver com diversos parceiros de interação. Uma relação exclusiva/diádica dá lugar a um contexto múltiplo de cuidados, onde a mãe continua tendo uma importância vital, mas onde ela agora pode compartilhar o desenvolvimento do seu bebê (2002, p. 3).

Assim, foi necessário demonstrar a importância de uma instituição para a família e bebê, no tocante ao desenvolvimento dos cuidados e da educação dele. Para continuar a desenvolver o tema será descrito o processo da adaptação em berçários, como ele ocorria no caso específico deste trabalho.

3.1. O Processo de Adaptação a um Berçário

O período de adaptação designa os primeiros dias que uma criança frequenta uma instituição. No berçário do presente estudo ela ocorria da seguinte forma: no primeiro dia da semana o bebê permanecia duas horas e sua mãe o acompanhava por uns quinze minutos, aproximadamente, dentro da sala dos bebês e a conversa com a nova cuidadora era intermediada pela psicóloga. A cada dia uma hora era acrescentada em sua estada, até que na sexta-feira já era possível a criança permanecer o tempo integral de trabalho de sua mãe, as seis ou sete horas.

Em contato telefônico prévio, a mãe era orientada a oferecer a alimentação em casa antes de ingressar ao berçário, a fim de que não sejam duas adaptações para o bebê, ao local e à alimentação. Dependendo de cada caso, se a mãe já havia introduzido a alimentação para seu bebê, era possível a alimentação ser oferecida no primeiro dia, mas

em geral, isso só ocorria no segundo dia, em que a criança tinha mais tempo, podendo lanchar com os outros. Neste contato também era explorada a relação da díade acerca dos eventos de separação, como era para cada um.

O tempo de adaptação pode se estender em cada caso, e às vezes é pouco para determinado bebê o período de uma semana. Também dependendo de como é a relação da criança com a mãe e seu estranhamento a outras pessoas e ambiente novo, é considerado pouco tempo que a mãe pode ficar dentro do berçário com a criança no primeiro e único dia. O que era motivo de reclamação de quase todas as mães. Há poucos lugares em que as mães acompanham toda a adaptação; mesmo sendo o ideal, é raro esse procedimento.

A forma como este processo é vivenciado pelas pessoas envolvidas influencia e é influenciada pelas reações da criança (Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitória, 1994). Deste modo, é importante que no período de adaptação a mãe, pai ou outro familiar fiquem junto à criança para auxiliar na exploração deste ambiente estranho e no estabelecimento de novos relacionamentos com as educadoras e outras crianças (Balaban, 1988b). Infelizmente isto ainda não é uma prática estimulada em todas as creches como demonstra uma pesquisa realizada por Rapoport e Piccinini (2001). Como já ilustrado, no ambiente do referido estudo, faltava uma presença de mais tempo da mãe junto à criança para lhe transmitir a segurança necessária desse momento.

Como apontam Rossetti-Ferreira et al. (1994), “a adaptação à creche constitui um período crítico para todos os elementos envolvidos (bebês, família e educadoras), pois implica num conjunto de (re) organizações, numa época em que uma série de transformações pessoais e coletivas também se manifestam” (p. 37). Assim, o período de adaptação é de suma importância para toda família e instituição, pois todos têm a oportunidade de, aos poucos, se acostumar com a nova situação e pessoas.

A cada novo bebê que ingressa na creche, a educadora-cuidadora também se submete junto com a ele a um processo de adaptação que será facilitado, ou não, pelo estabelecimento do laço entre os pares. Um investimento suficientemente bom é o que se desvencilha dos modelos parentais do como se fosse a mãe, mas reconhece a importância do acolhimento legítimo do bebê pelo profissional da instituição.

É poder estar atento a cada criança, mesmo àquela que chora menos, à que não se suporta muito, àquela que, de tão quietinha, é por vezes esquecida. Também é relevante ressaltar que se há interesse e investimento, torna-se mais fácil que a criança se adapte à rotina e aos hábitos da creche.

Até ir para a creche, a criança tem um relacionamento social restrito à sua casa, com os seus pais ou responsáveis, e alguns familiares. Ao frequentar um novo ambiente, ela precisa de um período para se adaptar ao espaço, às pessoas e às novas relações que vão surgir. O sucesso desse processo depende do acolhimento que a instituição oferece.

O momento de ingresso de bebês na creche revelou-se um lugar particularmente interessante para investigação. Ele envolve fundamentalmente o encontro de dois contextos, casa e creche, bastante diferentes, o que provoca intensas reorganizações, nos relacionamentos, práticas e concepções existentes, tanto na família, como na creche, podendo instigar confrontos e conflitos em seus vários elementos (Rossetti-Ferreira, Amorim & Silva, 2000).

Buscando compreender o ingresso à creche, alguns estudos têm mostrado que tanto as mães como as educadoras descrevem as primeiras semanas em cuidados alternativos como altamente estressantes, especialmente para bebês e crianças pequenas. O ambiente desconhecido, as novas rotinas, a alimentação, as pessoas não familiares, as separações diárias e a ausência da mãe colocam-lhes uma significativa exigência social e emocional (Davies & Bremner, 1991). Porém, a adaptação muitas vezes é difícil não só para a

criança, mas também para a família e a educadora, pois implica em reorganizações e transformações para todos.

Brazelton (1994) endossa que “pais amorosos e responsáveis vão ficar aflitos por terem de deixar a criança com outra pessoa” (p. 537). Isso pode gerar sentimentos de competitividade com as pessoas que cuidam do filho. Por isso, família e escola devem ter um relacionamento próximo, para que a família não se sinta excluída da relação da criança com seus educadores.

De acordo com Oliveira (1992), um relacionamento amistoso entre educadores e famílias é algo a ser constantemente conquistado, sendo que nos primeiros contatos das famílias e das crianças com o berçário, aqueles que trabalham nele devem procurar propiciar um clima favorável e tranquilo. As próprias crianças sentem-se mais seguras quando este vínculo positivo é firmado entre os pais e a instituição escolar.

Ideal também é manter os cuidados específicos e individuais que a criança está acostumada a ter em casa. Por isso, é importante que um dos pais ou um responsável acompanhe os primeiros dias na creche: além de mostrar ao educador aspectos relevantes da rotina familiar, ele vai transmitir à criança segurança até que ela consiga ficar sozinha. Para a adaptação ser completa, é fundamental também o educador compartilhar com a família as experiências inéditas que os bebês vivenciam no berçário.

A construção de uma relação educativa com o bebê passa emocional e fisicamente pelos pais que fazem esse elo. Bove (2002) aponta que:

É a mãe que consente à criança aventurar-se na relação com a professora, assim como é sempre a mãe que oferece à professora sugestões para conhecer a criança. E, também, é a mãe que legitima a relação que a criança cria com a nova figura de referência extrafamiliar. A sua presença no contexto da creche durante o inserimento, se por um lado, pode aparentar complicar a cena relacional, por outro lado oferece aos professores elementos inegáveis para a construção de uma relação afetiva e não competitiva com a criança (p. 139).

No momento da separação da mãe, surgem nela sentimentos de angústia, medo, insegurança e tristeza por refletir sobre a cobrança existente na sociedade de que é a mãe quem deve cuidar de forma exclusiva de seus filhos na fase inicial de suas vidas. Essa cobrança, por sua vez, tem diminuído, por ser contrária à expansão das mulheres no mercado de trabalho atualmente, gerando conflitos entre os papéis de mulher e mãe.

A maneira como a família e, em especial, a mãe vê a entrada do filho pequeno no berçário exerce uma influência marcante sobre a reação da criança. A relação muito intensa existente entre eles determinará a forma como muitas das emoções da mãe nesse momento serão percebidas e expressas nos comportamentos do bebê.

Do ponto de vista psicológico, o aparelho perceptivo e a discriminação sensorial do bebê ainda não estão suficientemente desenvolvidos. De fato, grande parte deste aparelho ainda não amadureceu. Portanto, a atitude emocional da mãe e seus afetos servirão para orientar os afetos do bebê e conferir a qualidade de vida à experiência do bebê (Spitz, 1979).

De acordo com as pesquisas realizadas por Rapoport e Piccinini (2001), as crianças demonstram diferentes reações durante o período de adaptação e muitas vezes estas são utilizadas para classificá-las como bem ou mal adaptadas. E exemplifica:

O choro é comum entre crianças durante este período, tanto na chegada quando a criança é deixada na creche pelos pais, como na saída, quando os pais retornam para buscá-la. Mas o choro não é a única reação de perturbação possível por parte da criança. Existem várias outras manifestações como, por exemplo, gritos, mau humor, bater, deitar no chão, passividade, apatia, resistência à alimentação ou ao sono e comportamentos regressivos (Balaban, 1988a; Brazelton, 1994; Vitória & Ferreira, 1993). A ocorrência de doenças também é frequente. A criança pode somatizar seus sentimentos em relação à separação apresentando sintomas físicos como febre, vômitos, diarreia, bronquite, alergias, etc. (Rizzo, 1984). Segundo o autor, estes sintomas devem alertar os cuidadores para possíveis problemas de adaptação, mesmo que a criança não apresente choro na creche. É possível também que o grande investimento emocional da criança durante a adaptação a torne menos resistente a infecções (p. 86).

Estas considerações levantadas pelo trabalho da autora têm muita correlação com a prática vivenciada no berçário do presente estudo, pois era comum, após a semana de adaptação, o bebê faltar porque estava doente. Reação que algumas mães relacionavam ao momento novo e de separação vivenciado pelo bebê.

Os bebês que demonstram dificuldade ao se separarem dos pais na entrada do berçário, podem recebê-los ao final do dia com pouco entusiasmo (Rodriguez, 1981). Reforçam Rapoport e Piccinini que “esta criança que parece indiferente no reencontro com os pais frequentemente provoca sentimentos de preocupação e culpa nos pais, ainda que os dados mostrem que este é um aspecto normal do processo de adaptação” (p. 86). Cabe ressaltar que cada bebê reage a essa situação de um jeito peculiar e faz parte do momento, ainda que preocupe muito os pais.

Segundo Ainsworth (1973), o estado interno da criança, como estar fadigada ou com fome, pode fazer com que o sistema comportamental de apego seja ativado diante de um estímulo ou ambiente estranho, provocando uma diminuição do comportamento exploratório e intensificando os comportamentos de manutenção de proximidade da mãe (chorar, pedir colo, agarrar-se à mãe).

O ingresso de um bebê em um berçário é um momento novo, pois proporciona uma separação da díade que até então era quase que exclusivamente a mãe vivendo em função do seu filho, dos cuidados, da atenção. Considerando a seriedade para a vida da criança dessa ausência materna, qualquer separação entre a mãe e a criança é uma intervenção muito delicada. Esta separação também deve acontecer de forma a proporcionar para a criança uma gradual passagem entre os cuidados da mãe e os da cuidadora, possibilitando uma troca de informações sobre a criança que forneça à cuidadora dicas de como lidar com a criança frente a essa ausência.

A questão emergente desse momento de separação é o que ela representa para a díade? Como fazer para que ela seja menos dolorosa e traumática para ambos? Em especial para o bebê que não dispõe de ferramentas necessárias para enfrentar este corte. Qual o papel que o berçário exerce na relação mãe-bebê? Será o de suplência materna ou de intervenção paterna? Essas questões serão abordadas a seguir.

3.2. O Berçário como Terceiro na Relação Mãe-Bebê

A fim de dar continuidade aos questionamentos levantados, pode-se pensar sobre o berçário como um terceiro na relação mãe-bebê fazendo um corte na díade e também exercendo a função materna. De modo geral, todo trabalho dirigido aos profissionais da primeira infância deve levantar a discussão da dupla dimensão da diferença e da separação, já que no ambiente de berçário a educadora se situa numa posição de diferença – de lugar, de função, de relação – entre sua vida pessoal e profissional; entre ela e os pais do bebê; entre as crianças que cuida e, ao mesmo tempo, trabalha inserida no lugar e no tempo da separação entre a mãe e seu filho.

As mães podem experimentar sentimentos ambivalentes, conscientes ou inconscientes, sobre deixar suas crianças aos cuidados de outras pessoas (McMahon, 1994). De um lado, é preferível deixar o filho sob os cuidados de uma instituição, pois a criança terá uma estimulação adequada, uma interação com outras crianças, além dos cuidados básicos de saúde, alimentação e higiene. Por outro lado, existe uma insegurança sobre esses mesmos cuidados e ainda receio de perder o amor de seu filho para a cuidadora dele.

Durante o período do ingresso, o cuidado afetuoso com a família atrai o carinho da mãe e da criança, que se sentem seguras e uma passa para a outra esse sentimento de bem

estar e segurança. Esses sentimentos favorecem a relação de confiança e apego pelas partes envolvidas.

A própria existência de um berçário, e portanto da educadora, funda-se a partir da separação da relação familiar. A proposta de considerar a função da cuidadora/educadora em relação à ideia de paternagem remete à importância de acolher o bebê, ao mesmo tempo em que vivencia um desligamento da díade.

Do ponto de vista de Winnicott, sobre separação ele afirma que “havendo saúde, não há separação, pois, na área de espaço-tempo entre a criança e a mãe, a criança (e portanto o adulto) vive criativamente, fazendo uso do material disponível” (1989, p. 20). Isto representa o uso que a criança faz do objeto transicional.

Winnicott ao postular sobre a função do objeto transicional como sendo a de permitir que a mãe suficientemente boa se afaste gradualmente do bebê, uma vez que ele agora a tem simbolicamente por perto. Isso facilita a passagem da onipotência narcísica à relação de objeto, surgindo, assim, a criança separada como unidade. Este objeto transicional funciona como uma representação imaginária da simbiose perdida.

Assim, a mãe funciona como mediadora da criança com o mundo, desempenhando um papel fundamental no cuidado de seu bebê e o pai barra os excessos dessa relação. Sobre a mãe Bernardino e Rohenkohl (2002) afirmam que:

É aquela que encarna a função, participando com toda a sua presença (psíquica e corporal) e o que lhe falta, para fundar esse lugar inaugural para o pequetito. Nesse enlaçamento particular, do qual dependerá a montagem subjetiva do bebê, há que se contar com para-além da mãe: um terceiro mediatizador, que sustente a função materna e barre, por outro lado, os excessos da mãe - um Pai (definido fundamentalmente como aquele capaz de se fazer novamente desejar pela mulher que se tornou mãe). É essa instância paterna, que compõe o Outro Primordial, que promoverá a separação fundante da estruturação do sujeito, já que colocar no mundo é também saber retirar-se gradativamente (p. 115).

Ao realizar um interessante estudo sobre as funções da creche na subjetivação de bebês, Mariotto (2009) afirma que “o educador de creche que se dedica ao atendimento de crianças de zero a dois anos, invariavelmente, confronta-se com o impasse de ‘ser ou não ser mãe’ dessas crianças” (p. 30). Isso se confirma com a seguinte escrita de Rizzo (1984): “A creche existe para *exercer pela mãe*, embora não assumindo seu lugar, as atividades tipicamente maternas junto ao seu filho, prestando-lhe assistência integral, cuidando de sua segurança física e emocional” (p. 22).

Já Winnicott (1985) expõe a questão da função da escola maternal e assim dá para se fazer um paralelo com o berçário, suas especificidades e distinção da família e da escola.

A função da escola maternal não é ser um substituto para uma mãe ausente, mas suplementar e ampliar o papel que, nos primeiros anos da criança, só a mãe desempenha. Uma escola maternal, ou jardim de infância, será possivelmente considerada, de modo mais correto, uma ampliação da família ‘para cima’, em vez de uma extensão ‘para baixo’ da escola primária (p. 214).

Ao promover uma relação triádica, a cuidadora consegue entrar na relação mãe-bebê sem excluir a mãe. O objetivo do período da adaptação não é separar, adequar ou ajustar, mas acolher, envolver-se numa nova relação. A cuidadora e o berçário fazem parte da tríade, o que não quer dizer que os três tenham papel ativo, sobretudo compartilham um espaço onde os três convivem, sem nenhum se sobrepor ao outro. Isso é a inserção da família no berçário, não apenas do bebê.

Conforme preconizado por Vokoy e Pedroza (2005):

A escola deve reconhecer a importância da família na constituição do sujeito, sem, no entanto, considerá-la como a única determinante dessa constituição. O trabalho junto às famílias deve questionar a atribuição das causas dos problemas de aprendizagem à dinâmica familiar. Família e escola não podem ser vistas como momentos de oposição ou de disputa na educação das crianças. São instituições diferentes e necessárias na constituição do sujeito, exigindo, pois, uma relação de apoio sem transferência de responsabilidades (p. 98).

Dessa forma, se faz importante a promoção da relação entre a família e as cuidadoras do berçário, como profissionais que também estão envolvidos nessa parceria. Segundo Bove (2002), a cuidadora deve criar um clima de acolhimento, reconhecendo e reforçando o estilo materno e seu papel, evitando julgamentos negativos. Após minuciosa observação da relação mãe-bebê, aproxima-se com delicadeza e propõe ações pedagógicas intencionais, personalizadas e flexíveis, sempre legitimando a mãe como referência primária e mais importante da criança. Uma relação triádica ao se estabelecer implica suspender o juízo de valor e firmar o estilo materno.

A construção de uma intervenção como a que o berçário provoca no psiquismo do bebê é um ponto de indeterminação de sua função estruturante, pois ao mesmo tempo em que proporciona um suporte materno ao bebê, um investimento suficientemente bom que se diferencia do modelo do como se fosse a mãe, estando presente inteiramente nos momentos em que cuidam dela, em contrapartida, também pode sugerir exercer uma relação triádica, como interventora dos excessos maternos, necessária para a formação do ser a devir.

Propor que a educadora do berçário exerça sua função mais pela via do significante paterno do que como suplência materna reafirma a concepção da educação infantil como um lugar significativo. O local alterna no desempenho de ambas as funções, maternas e paternas. Dessa forma, Scarr e Eisenberg (1993) ressaltam o fato de que a creche não é uma intervenção uniforme, assim como um ambiente familiar também não o é, razão pela qual não é apropriado discutir os efeitos da instituição, genericamente, no desenvolvimento do bebê.

Mariotto (2009) ao abordar o tema afirma que “ao receber os bebês na creche, as cuidadoras se introduzem de imediato como agentes de uma separação primordial,

operando mais na condição de terceiro para mãe do que seu suplente” (p. 112), ainda que não exclua a existência da maternagem exercida pela cuidadora, pois ela desempenha os cuidados necessários ao bebê.

A autora concorda com Lajonquière (1999), que diferencia conceitos tanto do estabelecimento de regras quanto da inscrição da lei por parte da cuidadora, ao acentuar a regra como estabelecimento de uma norma moral, obrigatória e igualitária, e a lei como ato de renúncia, que inscreve o sujeito na diferença. E assim, Mariotto propõe instaurar a esse ofício o conceito de paternagem e confirmar a hipótese de ser a educadora uma significante que opera mais pela função paterna sem excluir os cuidados necessários dispensados aos bebês.

Fazendo um elo entre os papéis desempenhados pelo pai e pela cuidadora, Araújo (2005) faz uma contribuição de que “o pai precisa agir como facilitador de separações, impulsionando os filhos a seguirem adiante e, a partir deste momento, ele se oferece como um elemento importante e fundamental para a identificação, antes um papel restrito à mãe” (p. 1).

As educadoras, além de cuidar, educam impondo limites necessários ao bom funcionamento do berçário e também à formação do bebê, barrando, desta forma, os excessos da relação mãe-bebê, como retirar costumes que não são bem vindos em uma instituição. Alguns exemplos são: a hora de comer tem que ser sentado, tirar o costume de o bebê só querer colo ou dormir nele, estar atentas às agressões aos colegas, como mordidas, tapas e puxões de cabelos. Essas são algumas formas de impor limites.

Araújo engrandece o tema ao expor o seguinte:

A presença da autoridade, seja esta real ou simbólica, garante o funcionamento das instituições ou de quaisquer formações coletivas. Deste ponto de vista, o bom funcionamento de uma sociedade resulta da aceitação comum de códigos culturais, de normas ou de leis impostas e/ou introjetadas, que sejam capazes de assegurar

minimamente a permanência do que se costuma chamar de vínculo ou laço social (p. 2).

Os costumes acima referidos tendem a dificultar o processo de adaptação por causar estranhamento ao bebê de como ele é tratado em casa com toda a atenção exclusiva para ele e no berçário ter que dividir e compartilhar a atenção e sua cuidadora com as outras crianças. Porém, tudo isso é readaptado, tendo em vista a capacidade do bebê de se adaptar com mais facilidade às mudanças do que os adultos.

É imprescindível que o educador que trabalha com a formação da criança se conscientize do seu papel em parte enquanto formador e organizador de uma subjetividade da escritura de um sujeito. Outra competência é o educador ser capaz de se adaptar ao bebê. Isso denota considerar seu tempo e suas preferências. A comunicação do bebê só é eficiente se existe alguém que o escute e o entenda com empatia. É preciso que o trabalho com educadoras de berçários assegure a estas um espaço de escuta para a sua subjetividade.

A cuidadora também precisa de holding/sustentação para lidar com as intensidades emocionais suscitadas e reativadas no contato com os bebês. Fernandes (2006) afirma que mais importante do que informação é a aquisição, por parte das educadoras, de atitudes e habilidades relacionais que assegurem que o bebê se constitua psiquicamente.

Assim como é fundamental para a cuidadora de berçário ser afetiva no trato com os bebês, a capacitação delas é igualmente importante e necessária, pois os bebês de berçários têm nelas a sustentação que precisam para se desenvolver. São elas, seguidas das mães, que captam e transmitem os primeiros sinais para que os bebês se tornem sujeitos. Assim, a qualidade mínima que uma cuidadora precisa ter ou desenvolver é a capacidade de formar vínculos com qualidade com os bebês.

Se um bebê encontra em uma instituição essa base de afeto em sua cuidadora, os efeitos da separação de sua mãe são minimizados, diferente do que Bowlby dissertava e como critica Ferreira (2000):

A teoria do apego de Bowlby, ao conceber a separação mãe-bebê como fator de risco ao desenvolvimento humano, naturaliza e uniformiza esses eventos como sendo de caráter negativo. Diferentemente, uma perspectiva sócio-histórica do desenvolvimento possibilita, a partir de uma visão dialética, identificar a multiplicidade de sentidos, contraditórios ou não, que emerge na construção da relação mãe-bebê em determinados contextos interacionais (p. 26).

Para cada família, indivíduo e ocasião, a separação será vivenciada de uma forma única. Assim, descreve Ferreira que nessa perspectiva, o papel de cada mãe será constituído diferentemente, a partir de sua história social e familiar, e não será moldado em um formato de ‘o papel de mãe é esse ou aquele’, tal como propõe a teoria do apego de Bowlby. Há uma multiplicidade de discursos; médico, psicológico, do senso comum, dentre outros, que provê diferentes significações e possibilita a construção de diversos sentidos que brotam em uma relação mãe-bebê, que por sua vez, faz parte de uma rede social construída por diversas outras relações.

Foi Myriam David (1998) quem trouxe uma colaboração determinante para a diferenciação entre os cuidados parentais e os profissionais. Distingue ela que a relação parental é em essência uma relação afetiva; os pais cuidam de seu bebê por amor, porque estão ligados a ele por laços de filiação.

Na relação profissional, o cuidado vem em primeiro lugar, ele pré-existe necessariamente à relação, pois ele evidencia um bebê e um adulto que não têm nenhum vínculo anteriormente firmado. É por meio do cuidado, portanto, que a relação se constrói. Pode-se dizer que se trata de uma relação fundada sobre a interação entre o bebê e o profissional, e em seguida, surge o afeto.

A fim de continuar o aprofundamento nas questões concernentes a uma boa adaptação a um berçário, faz-se necessário ilustrar os fatores que promoverão ou não um ingresso favorável à família, sobretudo ao bebê, certo de que, como já foi demonstrado, a relação que o berçário exerce não é somente de separar, mas de integrar, servir de suporte enquanto a mãe trabalha, e deixando-a tranquila de que seu filho está bem cuidado. Esses fatores serão abordados a seguir.

3.3. Fatores que Auxiliam e Atrapalham a Adaptação a um Berçário

Considerando o espaço do berçário como um ambiente em que se instaura na relação da díade como um terceiro responsável por certa cisão dela, seja esta separação em que tempo for, tomou-se então essa entrada do bebê nesse novo ambiente como um importante divisor de tempos, o tempo do eu fusionado e o tempo do eu convivendo cada vez mais com o não eu, apresentando-se a partir da frustração, da interação com outros bebês e cuidadoras, que existem independentemente do bebê (Aragão, 2001a).

Com relação a esse novo ambiente surgem os seguintes questionamentos: De que modo ele é apresentado à criança? A forma como ele é apresentado dificulta ou facilita a sua adaptação? E de que maneira as experiências anteriores à entrada no berçário interferem nesse processo de adaptação? Se considerarmos que grande parte dessas experiências passadas, na maioria das vezes, são vividas em torno da relação da díade, a entrada na instituição está vinculada à seguinte pergunta: como ajudar a criança a lidar com a falta da mãe? Uma vez que surgem os caminhos que guiam as instituições voltadas para a educação infantil na atualidade, a saber: a educação e os cuidados (Mariotto, 2003).

O bebê ao ingressar em um berçário entra num mundo de aprendizados e estimulações do meio, muitas vezes sem ter aprendido a lidar com suas próprias

imaturidades, sem ter desenvolvido sua própria autonomia. Considerando os cuidados que estiveram ensinando tudo que até então o bebê vinha aprendendo por meio dos intercâmbios afetivos, especialmente com a mãe, como educar e cuidar ao mesmo tempo nesse contexto?

É necessário que as educadoras que cuidam das crianças saibam como ajudá-las em seu desenvolvimento, utilizando as técnicas simples que constituem a estimulação precoce. “Essa estimulação envolve a relação adulto/criança, através [*sic*] de gestos e palavras. O estímulo deve ser adequado à idade e ao desenvolvimento da criança, respeitando suas características próprias, como base de todas as atividades propostas pelos educadores” (Aragão, 2001a, p. 137).

Como apontado no tópico anterior acerca dos costumes atribuídos pela mãe ao seu bebê, a cuidadora vem para conter, de certa forma, os excessos dessa relação que, em parte traz sofrimento ao bebê nas horas em que ele está longe de sua mãe e também auxiliá-la fornecendo suporte à criança até reencontrar sua mãe. Percebe-se que bebês, ao chorarem muito tempo, com os bracinhos estendidos a procura do colo, por exemplo, são acostumados a ficar assim em casa; porém, em uma instituição não há como ficar por muito tempo no colo da cuidadora que tem mais bebês para cuidar. Embora, a criança desenvolve meios para discriminar, desde cedo, os ambientes que frequenta, sabendo o que pode ou não esperar deles. É preciso que as cuidadoras encontrem um meio termo entre cuidar, educar e dar afeto.

Spitz (1979), ao abordar a questão do primeiro ano de vida do bebê, revelou que ao estabelecer uma boa relação objetal este será capaz de se desenvolver normalmente. Essas relações objetais normais são aquelas capazes de satisfazer mãe e filho mutuamente, em que as respostas da mãe às ações do bebê facilitam e possibilitam a integração do processo de amadurecimento dele. Porém essa relação pode ser abalada quando um dos parceiros da

díade estiver em desarmonia, seja na relação ou um dos parceiros dissonantes de seu ambiente. Dessa forma, o autor definiu essa desarmonia da relação como uma dor externa que produz toxina psicológica a qual ele chamou de relações inadequadas entre mãe e filho.

Quando qualquer instituição, voltada para acolher os bebês, leva em consideração estes não aprendizados evidenciados por meio da dependência por parte das crianças, a demanda por cuidado está evidente e cabe ao ambiente fornecer o suporte emocional de que esses infantes necessitam e anseiam nessa etapa de desenvolvimento. Este suporte está representado pelas cuidadoras e pela capacidade delas de criar um clima emocional favorável ao desenvolvimento da criança, minimizando tanto quanto for possível a falta presentificada pela ausência da mãe (Veríssimo & Fonseca, 2003).

Spitz (1979) apontou como inestimável a importância dos sentimentos da mãe em relação ao seu filho. Ele discorre sobre esse clima emocional favorável da seguinte maneira:

Quase todas as mulheres se tornam meigas, amorosas e dedicadas na maternidade. Criam na relação mãe-filho o que se denomina *Clima Emocional Favorável*, sob todos os aspectos, ao desenvolvimento da criança. São sentimentos maternos em relação ao filho que criam esse clima emocional. O amor e a afeição pelo filho o tornam um objeto de contínuo interesse para a mãe, além desse interesse persistente, ela oferece uma gama sempre renovada, rica e variada, todo um mundo de experiências vitais. O que torna essas experiências tão importantes para a criança é o fato de que elas são interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno e a criança responde afetivamente a este afeto (p. 74).

Ainda abordando o tema sobre cuidar e educar, tratando-se especialmente de bebês e de crianças pequenas, remete-se a pensar em prevenção. A creche é o lugar da separação da relação exclusiva mãe-bebê, e como tal, investida de modo ambivalente pelos pais, como também pelas cuidadoras de um modo geral. Nesse investimento ambivalente, ela é

ora idealizada, ora denegrida, e atuando nela, tem-se que percorrer continuamente entre esses dois extremos.

Conforme esclarece Aragão (2001b) acerca da contradição da instituição creche:

Como lugar idealizado, a creche, tende a ser vista como a instituição onde estão os “especialistas”, que sabem mais sobre a criança, que podem cuidar do bebê com conhecimentos “técnicos” melhores do que os dos próprios pais. Decorre em parte dessa crença a ideia de que na creche as crianças desenvolvem-se mais rapidamente e melhor, porque serão “cientificamente estimuladas”. Em contrapartida, a colocação de um bebê numa creche suscita inevitavelmente a emergência de angústias parentais, diante dessa entidade desconhecida que assume a posição de terceiro que vai introduzir uma distância entre a mãe e o bebê (pp. 119-120).

Existe uma diferença, em geral, de bebês que frequentam uma instituição. Eles ficam mais espertos devido às estimulações e trocas com outros bebês. Muito embora a separação seja um momento difícil para a díade, ela é um processo natural e que uma hora ocorrerá, seja com o retorno da mãe ao trabalho, seja com o ingresso da criança na escola.

Sobre a separação da mãe, Kahn dissertou que “um bom cuidador e uma boa qualidade do convívio podem, de fato, compensar a ausência da mãe” (2010, p. 2). A convivência e a proximidade com pessoas vinculadas afetivamente produzem um sentimento de conforto e segurança, essencial para validar o sentido de valor e pertinência do indivíduo e se constitui como parte fundamental das necessidades humanas para a sobrevivência.

O bebê inicia a vida desenvolvendo fortes laços afetivos com as pessoas, em especial com mãe e pai, de quem vai depender para sobreviver e, por meio desses laços, aprende a ser e a estar no mundo, amparado na certeza de que é parte de um grupo fortemente ligado e, em decorrência desse vínculo, assimila os valores e padrões desse grupo inicial (Marris, 1993).

Como o vínculo que o bebê firma primeiramente é com a família, um primeiro fator que influencia as reações dele durante o período de adaptação é a forma como a

família, principalmente a mãe, percebe a entrada do filho na creche e sente-se com relação a isso (Balaban, 1988b). É comum os pais se sentirem inseguros e desconfiados, principalmente quando se trata do primeiro filho e se for ainda bebê. Existem casos em que é mais difícil para os pais separarem-se do bebê do que para ele adaptar-se ao ambiente do berçário (Brazelton, 1994).

A qualidade da adaptação a um berçário depende de outras condições básicas: a possibilidade da permanência da mãe até que o bebê fique confortável com o ambiente; a quantidade de educadoras para um grupo de crianças; o tamanho do grupo adequado a cada faixa etária; um espaço e um planejamento da rotina para o desenvolvimento das várias atividades e a formação contínua das educadoras.

Uma questão fundamental na adaptação com relação aos cuidados alternativos é a qualidade dos cuidados dispensados. Lordelo fez um estudo em creches que apontou para:

A baixa responsividade dos atendentes em relação aos bebês em muitas creches de má qualidade. Isto ocorreria devido ao grande número de crianças para poucos adultos, além das eventuais trocas de equipe, que podem gerar instabilidade na relação da criança com o adulto, que é submetida a muitas separações e à necessidade de formação de novos vínculos em curto período de tempo (1997, p. 223).

No processo de adaptação faz-se necessário se atentar às faltas frequentes ou irregularidades nos horários de entrada e saída, pois dificultam a manutenção da rotina e tende a se estender esse período. Além disso, as reações à separação nem sempre desaparecem quando a criança está satisfeita e adaptada ao berçário. Por exemplo, o período após as férias e as segundas-feiras quando os bebês retornam ao berçário após o fim de semana com os pais são eventos que podem estar associados a retrocessos na adaptação (Balaban, 1988a).

Além da chegada e da saída, outros momentos são particularmente estressantes, como a hora de comer, dormir, troca de fraldas, mudanças de horário e hábitos, mudança de ambiente. A saber, a cada período, no berçário do presente estudo, aproximadamente de três em três meses, o bebê mudava de sala e passava a conviver com outros bebês maiores e outras cuidadoras, além de ser cuidado por adultos desconhecidos. Para lidar com estas situações potencialmente desgastantes, os bebês utilizam estratégias de enfrentamento, que podem ser mais ou menos efetivas, porém em função das limitações deles é importante que se procure reduzi-las ao máximo ou fornecer meios para ajudar o bebê a enfrentá-las.

Uma das formas de reduzir as situações desgastantes é promover aumento gradativo no número de horas em que o bebê fica no berçário ao longo da primeira e segunda semana; a cada dia de adaptação começar com apenas uma ou duas crianças, evitando que todas cheguem ao mesmo tempo; admitir a presença da mãe durante a adaptação, no início na própria sala e depois na sala de espera da instituição; permitir que ela participe das primeiras refeições junto das cuidadoras; manter o número reduzido de bebês para cada educadora e evitar ao máximo a troca delas, facilitando uma relação estável. A sucessão de diferentes cuidadoras não possibilita ao bebê a constituição de figuras de apego, principal ou subsidiária.

Essas práticas auxiliarão o bebê a se familiarizar com a nova rotina e permitirão ao familiar adquirir confiança quanto aos cuidados dispensados ao seu filho. Esta segurança do familiar acabará refletindo positivamente na adaptação do bebê que terá mais confiança no ambiente e nas cuidadoras que o cercam, conforme evidencia Bowlby ao apontar que existiriam três princípios que qualquer instituição de assistência à criança deveria seguir:

- (a) Não se pode efetuar uma ruptura total entre a criança e seu lar.
- (b) Nem as instituições, nem os lares substitutos podem proporcionar às crianças a segurança e o afeto de que elas necessitam; para a criança, estes estabelecimentos têm sempre um caráter provisório.

(c) Os arranjos que mudam a cada dia criam insegurança na criança e insatisfação na mãe substituta; é fundamental que se elaborem bons planos, a longo prazo, desde o início, para que a criança não sofra (2006, p. 132).

Assim, a presença de um psicólogo ajuda a fazer um intercâmbio entre o lar do bebê e a instituição e dele com as cuidadoras, e também dos familiares com o ambiente e com os profissionais nele inseridos, uma vez que todas as partes envolvidas necessitam de atenção, acolhimento de seus sentimentos e acompanhamento dessa fase. Como já elucidado anteriormente, é recomendado que o berçário programe um prazo para a adaptação em que a mãe possa acompanhar o bebê, o que propiciará aos dois uma entrada gradual ao novo ambiente.

A proximidade da mãe ou da figura de apego abrandam substancialmente na criança o medo a estranhos ou a estímulos novos e promove a exploração de um ambiente desconhecido (Morgan & Ricciuti, 1969). Em contrapartida, a criança demonstra maior perturbação, quando sua separação da mãe envolve a permanência em um ambiente estranho ou ser cuidado por pessoa desconhecida, do que quando é deixada com uma pessoa familiar e/ou em um ambiente a que está acostumada (Robertson & Robertson, 1986).

Quando ocorre de a criança se machucar ou se assustar, a exploração do ambiente se interrompe e o bebê retorna rapidamente para junto da mãe, chorando ou mostrando-se aflito. O mesmo acontece se a mãe se afasta, eliciando uma resposta de medo e promovendo a busca da figura de apego por parte da criança. Quando ela está por perto e é acessível, o bebê mostra-se tranquilo e confiante para explorar o mundo que o cerca.

Seguindo essa linha de pensamento Bowlby escreveu que:

Não raras vezes, uma criança de um ou dois anos, numa situação familiar, permanece por meia hora ou mais alegremente brincando e explorando e, desde que sua mãe esteja parada, usando-a como base... Trocas ocasionais de olhares e

sorrisos ou um rápido contato físico asseguram a ambos que um está ciente da localização do outro (1984, p. 270).

A segurança da criança traz implicações diretas ao seu bem-estar e desenvolvimento. Ela precisa da segurança transmitida pelos adultos, porém sem o excesso dos pais superprotetores, que oprimem o bebê e podem gerar medo e insegurança.

Conforme Winnicott (2005) “as crianças veem na segurança uma espécie de desafio que as convida a provar que podem ser livres” (p. 43). Assim, experimentando essa liberdade elas afastam-se da sua base segura e vão atrás de seu objeto de desejo. Caso a superproteção de seus pais as impeça, temerão sair de perto e se instalará um conflito entre o medo do perigo e o desejo de liberdade.

Sobre a segurança o autor afirmou que ela se dá por meio do cuidado, alimentação, colo, higiene, evitando, assim que o ambiente externo favoreça tensões, tais como evitar que o bebê se machuque, um ambiente sem barulho exagerado e uma temperatura adequada.

Winnicott pontuou ainda que:

Quando oferecemos segurança, estamos fazendo duas coisas ao mesmo tempo. Por um lado, em virtude da nossa ajuda, a criança está a salvo do inesperado, das inúmeras intrusões indesejáveis e de um mundo que ainda não é conhecido ou entendido. E também, por outro lado, a criança é protegida por nós de seus próprios impulsos e dos efeitos que esses impulsos poderiam produzir (1971, p. 104).

As crianças desde muito cedo se tornam capazes de defender-se contra a insegurança, exceto nos primeiros meses de vida, pois ainda não desenvolveram uma relação de apego e confiança. Se neste momento inicial não tiverem o apoio necessário, terão seu desenvolvimento prejudicado e distorcido pela ação de circunstâncias desfavoráveis.

O autor afirma ainda que:

Basta estarmos presentes, e sermos coerentemente iguais a nós mesmos, para proporcionarmos uma estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, com a qual o bebê já pode sentir-se seguro. É em relação a isso que o bebê cresce, e é isso que ele absorve e copia (2005, p. 45).

Assim, o bebê que recebeu a segurança, no primeiro estágio da vida, leva consigo a expectativa que não será decepcionado por sua figura de apego. E por decepção não se entende frustrações inevitáveis e estruturantes, mas sim de não ser desapontado por sua pessoa de confiança.

Pelo acima exposto, faz-se tão importante a formação do vínculo afetivo com a figura de apego também no berçário, para que o bebê se sinta seguro e explore o ambiente. A insegurança gera desconforto no bebê e o medo do abandono dificulta o estabelecimento de novos vínculos. O profissional da psicologia atento a essas questões ressaltará para a mãe a sua importância enquanto figura de apego, pois fornece uma base segura para seu bebê durante a entrada no berçário.

A educadora faz o papel da figura de apego subsidiária tanto para o bebê como para a família. Para o bebê, ela proporciona uma base segura, promove a segurança para assim possibilitar a ele a formação de novos vínculos, explorações e brincadeiras. Para a mãe, é a pessoa a quem se confia o filho. A educadora precisa estar atenta a essas duas vertentes.

Uma adaptação mal feita traz prejuízos não somente à criança, mas também à instituição e à educadora responsável por aquele grupo de bebês, cujo trabalho se torna mais difícil e complicado, pois um bebê mal adaptado acaba estressando os demais bebês.

Vitória e Ferreira abordaram que:

O choro da criança nos primeiros dias é, sem dúvida, a reação que provoca maior ansiedade nos pais e educadores. Quando não existe um trabalho orientado para auxiliar no processo de adaptação, os educadores acham, muitas vezes, que essa reação é inevitável, sendo mais aconselhável não lhe dar muita atenção, pois senão o choro se prolonga e a criança pode virar manhosa, querendo sua atenção a toda hora, o que não é possível na creche. Desta forma, a cuidadora permanece passiva

frente ao choro do bebê, acreditando que com o tempo a criança se acostumará e parará de chorar por esgotamento físico e emocional (1993, p. 60).

Essa experiência negativa, no entanto, pode causar danos futuros. A criança pode tornar-se ansiosa, medrosa ou muito passiva, ou até apresentar desconfiança e resistência em relação a novos vínculos afetivos. Outros bebês e crianças pequenas mostram-se quietos e dóceis, sendo muitas vezes negligenciados porque não causam problemas (Balaban, 1988a).

Outras manifestações podem ocorrer como passividade, apatia, resistência à alimentação ou ao sono, ainda sono excessivo como fuga do ambiente e doenças psicossomáticas. A educadora precisa ficar atenta aos sinais emitidos pelo infante e comunicá-los ao psicólogo do berçário para que juntos procurem amenizar o sofrimento, ao fornecer uma atenção maior àquele bebê.

Isso se adquire quando a cuidadora tem consciência da importância de seu trabalho junto à formação psíquica de um indivíduo que está se formando. Vokoy e Pedroza afirmam que o papel do psicólogo escolar “deve ter como objetivo junto aos professores encorajá-los a desenvolver cada vez mais um papel ativo no processo educacional. Nesse processo, é imprescindível a estimulação do pensamento crítico, a fim de uma melhor compreensão da sua atuação profissional” (2005, p. 97).

O bebê precisa de aconchego, conforto e calor humano durante esse momento tão novo e assustador. Na maioria dos casos, uma atenção especial nesses momentos acalma a criança e a própria educadora, evitando que o choro persista.

Outros resultados negativos atribuídos à experiência de berçário poderiam ser, nessa perspectiva, associados à deficiência do ambiente em prover a responsividade necessária ao pleno desenvolvimento da criança. Além disso, para Lordelo, “a criação em creche poderia dificultar a formação do vínculo criado de apego entre a criança e a própria

mãe, e isso, por sua vez, afetar o desenvolvimento posterior, em direções desfavoráveis à criança” (p. 223).

O adulto, ao deixar o bebê no berçário, deve evitar sair sem se despedir do bebê, pois isso gera um sentimento de abandono. É preferível que ele saiba quando os pais sairão, chore, demonstre sua tristeza ou raiva e seja consolado, a sentir que foi abandonado. Com o tempo, aprenderá que o adulto vai, mas volta para buscá-lo. Aos poucos, no ambiente novo, se a criança estabelecer um bom vínculo com sua educadora se sentirá segura e suportará o afastamento de sua família e aguardará o retorno dela.

Quando a interação entre um par transcorre normalmente, cada participante manifesta intenso prazer na companhia do outro e, especialmente, nas expressões de afeição do outro. Contrariamente, sempre que a interação resulta em persistente conflito, é provável que cada participante manifeste, ocasionalmente, ansiedade ou infelicidade intensa, sobretudo ante a rejeição do outro (Bowlby, 1979).

Considerando o ingresso ao berçário como o momento das primeiras semanas do bebê no berçário, não é responsabilidade da cuidadora adaptar a criança, mas acolhê-la, criar um ambiente propício e favorável para a formação de novos vínculos. Também não é responsabilidade da mãe adaptá-la, mas tornar o novo ambiente familiar, para que se sinta segura e confortável.

Desse modo, cuidadora e mãe passam a vivenciar um momento importante e difícil para o bebê, que envolve a separação da mãe, o estabelecimento de novas figuras de apego, a formação de novos hábitos, a rotina e o conhecimento de um novo ambiente e de pessoas diferentes. Como diz Freire (1981), ninguém adapta ninguém, ninguém se adapta a si mesmo, nós nos acolhemos mutuamente, mediados pelas interações.

Essas interações são importantes e benéficas para todos. E o melhor é que poder ter disponível um profissional qualificado para intermediar essas interações e informar às

partes sobre a importância que cada um tem nesses momentos de separação, adaptação e mudança para o bebê. Após cada um ter a consciência do seu papel, poder orientar e acompanhar esses períodos, proporcionando, assim, uma forma mais adequada e humana de experienciar essa separação e também essa novidade.

3.4. As Reações e Sentimentos das Mães à Adaptação a um Berçário e as Reações e Sentimentos de seus Bebês: Possíveis Correspondências

Como abordado ao longo do trabalho, se é a relação da mãe com seu bebê a peça mais importante para se pensar sobre separação e ingresso em um berçário, seguido de um bom vínculo com sua cuidadora do berçário, tentar-se-á perpetrar umas correlações entre as reações e sentimentos das mães com os de seus filhos, Sem ser, de tal forma, simplista e superficial, visto que cada ser humano guarda a sua subjetividade, e o ambiente novo também é eliciador de angústias na criança.

As angústias vão desde já não mais compartilhar dos momentos diários com sua mãe e a falta dos hábitos instaurados por ela, como por exemplo: ficar no colo, dormir mamando no seio ou na mamadeira, às vezes a falta desta – pois no berçário não podia entrar mamadeira –; até dividir a atenção de sua cuidadora com outras crianças. Por outro lado, a mãe poderá sentir as mesmas angústias por esses ou outros motivos, mas em essência, a falta de seu bebê.

Ao mesmo tempo em que a mãe demonstra a necessidade de estar próxima de seu bebê, cuidando com exclusividade dele, ela também sente vontade de se afastar e resgatar seus outros papéis que foram deixados de lado na gravidez, como trabalho, lazer, estudos. De acordo com Ferreira (2000), “a relação mãe-bebê é também constituída por aspectos

contraditórios e conflitantes que emergem no decorrer de seu processo de construção-reconstrução” (p. 73).

A noção que a família tem da instituição assume uma forma mais concreta apenas após o início da frequência dos pais/bebês ao berçário. No entanto, a evolução dos comportamentos e relações nesse ambiente tem rumos diversos, a depender dos fatores que atuam sobre a situação.

Se a mãe mantém uma relação exclusiva com seu filho, privando-o da interação social com outros membros da família, provavelmente o bebê estranhará a aproximação de outras pessoas, bem como a separação de sua mãe, o que dificultará a fase de adaptação a um berçário. As experiências prévias de separação, assim como a frequência e natureza dessas experiências, podem intensificar ou atenuar a reação da criança a um evento de separação da mãe. A mãe, antes de adaptar seu filho em um berçário, já pode começar a ensaiar breves períodos de afastamento do bebê.

O que também era percebido na prática, é que quando a mãe tinha uma relação exclusiva nos cuidados de seu bebê, ele apresentava dificuldades em se separar e estabelecer vínculos com pessoas diferentes. Da mesma maneira, na adaptação de bebês que tinham o costume de permanecer por muito tempo no colo de sua mãe e/ou dormir mamando; quando choram serem consolados no seio de sua mãe ou não tinham barulhos em seu lar, eram estes os bebês que tendiam a dar mais trabalho em sua adaptação.

De outro modo, percebia-se que algumas mães ao adaptar o seu bebê no berçário relatavam culpa por terem que ‘abandoná-los’ e terem que compartilhar dos cuidados dele. Esse sentimento de culpa tendia a ser compensado em casa, com a mãe querendo ficar o máximo de tempo grudado em seu bebê, com ele no colo inclusive alimentando-o assim, colocando-o para dormir mamando e balançando no colo.

O trabalho de psicólogo de uma instituição, assim, guarda suas dificuldades, ao ter que intermediar os problemas apresentados nas relações dos bebês com suas cuidadoras, por serem frutos de suas relações inadequadas com suas mães. Quando o profissional se coloca atento às dificuldades relacionais do bebê; pode-se perceber a angústia que ele sente; e assim, sofre e chora por longo período em que permanece no berçário há de se investigar a relação com sua mãe, como ela foi estabelecida.

É aí que está a parte mais complicada do trabalho do profissional: a de falar para a mãe que o filho não está ficando bem na instituição, pois ele não tem como clinicar na instituição e nem é o foco, também se torna difícil não ser diretivo e o fazer é igualmente complicado, pois não dá para falar para a mãe como fazer com seu filho, pois ela sabe mais dele.

Exemplificando a situação abordada, quando se percebe que um bebê chora muito, seja porque está sentindo falta de colo, do seio de sua mãe para dormir ou para ser consolado, é preciso que esta relação, da mãe com seu filho, seja reajustada, para que a criança não sofra no período em que ficar no berçário. Este é também o trabalho da psicologia: intermediar as relações do bebê com sua cuidadora, que está em sofrimento e, do bebê com a mãe, para que ela contribua em casa na retirada dos costumes que não podem ser mantidos na instituição.

Ao conversar com as mães sobre essas dificuldades, certas vezes, elas não aceitavam mudar esses hábitos, e outras vezes diziam que iriam tentar, mas, na maioria das vezes, não se percebia diferenças nos bebês. Outras vezes elas desconfiavam da relação da cuidadora com seu bebê, como sendo a causa do sofrimento dele. O que também não era descartado e sim averiguado.

Existiam casos em que as cuidadoras se deparavam com bebês que, de certa forma, tocavam em algo que as incomodava, seja a reação dele, seja a da mãe dele, isso também

precisava ser trabalhado, na medida do possível, pois o trabalho delas não permitia que elas se ausentassem por muito tempo para uma conversa, e no ambiente de seu trabalho, era muito difícil de agir, pela atenção que dispensavam aos seus bebês e pelas colegas presentes na sala.

Em suma, as relações das mães com seus bebês e das cuidadoras com eles são palco de uma gama de reflexões e mediações para o ajuste de relações saudáveis, pois são elas que ajudam a constituir um indivíduo a devir. Se elas forem cuidadas sob um olhar preventivo, todos têm a ganhar.

Ao se falar sobre o desenvolvimento de uma pessoa, Rossetti-Ferreira et al. (2000), portanto, dizem que é um processo que se dá do nascimento à morte, dentro de ambientes culturalmente organizados e socialmente regulados, por meio de interações formadas com parceiros, nas quais cada pessoa, adulto ou criança, desempenha um papel ativo. Esse desenvolvimento acontece num contexto social (Onde), que envolve múltiplos personagens (Quem), cada qual com necessidades desenvolvimentais próprias (Como) e que foram criadas em situações específicas daquele momento histórico (Quando).

Dessa forma, o processo de construção de relações afetivas em um berçário é complexo. Ele envolve a educadora, os profissionais, a família e o bebê, entre outras pessoas, com seus componentes individuais de ordem biopsicossocial e que estão inseridos em uma rede dinâmica de fatores que influenciam esse processo de adaptação do bebê e de seus familiares ao berçário e à cuidadora e também educadora.

O berçário é uma instituição que, quando cercada de profissionais qualificados e empenhados no processo de cuidar, favorece uma relação estável e de crescimento para o bebê, seja na ordem afetiva, educativa e social. Assim, ele se torna um bebê mais esperto que outros de sua idade, devido à estimulação que recebe diariamente, e também mais

sociável, pois está acostumado a conviver com variadas pessoas e com outros bebês, interagindo, assim, melhor com outras crianças.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo entender o que faz com que a adaptação dos bebês seja dolorida para uns e tranquila para outros, para isso foi necessário investigar como a relação da mãe com seu bebê influencia o processo de adaptação do bebê em um berçário e também como esse momento exerce mudanças nessa relação.

Estas indagações surgiram da experiência em um trabalho com a adaptação da família em um berçário. Por que algumas adaptações eram tranquilas e outras tão turbulentas? O que diferenciavam esse momento? Fez-se então um estudo das relações iniciais da mãe com o bebê que são a base para as futuras relações dele com o mundo.

Para se chegar ao ponto das explorações acerca da separação, foi necessário percorrer os caminhos de como se constitui a relação mãe-bebê, como o vínculo inicial é estabelecido. As diferentes reações ao processo de separação seguiram as idiosincrasias constituintes da vida de cada criança até então, bem como mostraram como o vínculo afetivo estabelecido entre a mãe e a criança se fez presente por meio do modo de reação à separação temporária de cada bebê de sua mãe.

A Teoria do Apego de Bowlby deu um suporte para se esclarecer como acontece a relação inicial do bebê, que é tão importante para a sua constituição psíquica e desenvolvimento afetivo e social. A qualidade dos cuidados que o bebê recebe tem um peso importante na forma como seu comportamento de apego se desenvolve, mas o próprio bebê participa dessa interação e influencia a forma como a mãe responde a ele.

Alguns comportamentos iniciais do bebê expressam e promovem uma resposta pela mãe, que interage com ele a seu modo, fortalecendo o vínculo entre eles. Diferenciaram-se as formas de apego como seguro, ansioso e ansioso e resistente para poder entender como

esse bebê estabeleceu uma relação com sua mãe e tenderá a repetir esse padrão de apego com sua cuidadora no berçário.

A psicóloga da instituição atenta a esse detalhe poderá intermediar a nova relação que se constituirá. O vínculo da mãe com seu filho também pode ser objeto de trabalho deste profissional se perceber que algo não está caminhando bem com o bebê na instituição. Ele também dispõe de uma ferramenta, a anamnese feita durante a semana de adaptação, que colhe os dados deste vínculo desde a gestação.

Também foi ilustrado o período anterior ao nascimento, a partir do qual dá para inferir se a gestação foi desejada, acidental ou indesejada, e assim o estudo de Freud sobre o narcisismo e a relação de objeto contribuiu para o conhecimento maior da formação do vínculo da díade. Ressaltando ainda o desamparo inicial, o bebê receia a perda de alguém que cuide dele e morra, por ser extremamente dependente no início de sua vida; a experiência de satisfação ocorre quando suas necessidades são satisfeitas e há o reconhecimento de quem proporcionou o cuidado e essa vivência ajuda a estruturar o ego; e a perda do objeto primordial, a mãe e o seio dela, temas que ajudaram a refletir sobre a separação e a constituição psíquica do bebê.

Ao trabalhar a noção de desamparo como um dos pontos nodais da constituição psíquica, Freud ofereceu os instrumentos para que se compreenda o sujeito estonteado em sua dor psíquica. É justamente na relação que marca os tempos inaugurais da vida com o outro que cuida e atende suas necessidades, que é apresentada ao bebê a possibilidade de constituição de recursos psíquicos que lhe serão exigidos nas experiências ao longo da vida.

É nesse sentido que a condição humana de desamparo coloca em evidência a importância da qualidade psíquica dos cuidadores, demarcando o fundamental papel da qualidade das experiências nos espaços intersubjetivos. Ainda no primeiro capítulo

abordou-se a questão do estágio do espelho para elucidar sobre a constituição e diferenciação do Eu. Imprimindo no bebê, no início da vida, os sentimentos vivenciados pela mãe por meio da leitura que um faz do experienciado pelo outro.

Recorreu-se à teoria de Winnicott, que se dedicou ao estudo da importância da primeira relação de um bebê com sua mãe. Para ele, essa relação era antecessora da constituição de um indivíduo e base fundamental para sua constituição. Iniciou-se com o estudo do termo dependência e como acontece a constituição psíquica do bebê por meio do caminho da dependência rumo à independência.

Utilizaram-se também os conceitos de preocupação materna primária, da mãe suficientemente boa e o ambiente suficientemente bom e o papel do cuidado materno, que se dá por meio do segurar, manipular e apresentar objetos. Esses conceitos embasaram a constituição da constituição psíquica do bebê, favorecendo as futuras relações dele com o mundo e com as pessoas que o cercam.

Esta trajetória favoreceu o alcance da discussão do tema separação. A angústia de separação e a ansiedade dos oito meses, elaboradas por Bowlby, Spitz e Winnicott, ocorrem quando há separação. Esses processos são naturais e fazem parte do desenvolvimento da vida de um bebê e é necessária para que ele obtenha sua identidade, trilhando o caminho da independência.

O presente estudo demonstrou a importância de um bom relacionamento firmado entre as mães, as cuidadoras e os bebês, uma vez que os bebês demonstram maior segurança quando submetidos aos cuidados suficientemente bons e de pessoas conhecidas e em um ambiente igualmente acolhedor e seguro. Desta forma, faz-se imprescindível o processo de adaptação em uma instituição e a qualidade dos cuidados desempenhados pelas cuidadoras do berçário, elas precisam desenvolver a capacidade de maternar não só de fornecer cuidados básicos.

Fez-se ainda uma explanação sobre o ingresso de um bebê em um berçário, momento de separação da díade, ressaltando a importância de que ocorra de maneira gradual a entrada à instituição e a separação de sua mãe. Os eventos prévios de separação ensaiados pela mãe ajudam no processo de adaptação; bem como o contato da criança com pessoas diferentes da sua mãe antes deste momento; a passagem gradual dos cuidados do bebê, da mãe para a cuidadora, por meio da presença dela até que a criança se acostume ao local e às pessoas; a manutenção da rotina do berçário em casa e a retirada dos hábitos que não podem ser mantidos no berçário e poderão fazer a criança sofrer.

Pode-se pensar sobre o berçário ainda como um terceiro na relação mãe-bebê fazendo um corte na díade e ao mesmo tempo exercendo a função materna de cuidados. A cuidadora, muitas vezes, vive um conflito sobre o papel que desempenha junto à família e ao bebê.

A partir do começo desse processo de adaptação, estiveram em foco vários fatores que auxiliaram ou dificultaram o processo de adaptação da criança, entre os quais dá para citar como principais: a idade da criança; a quantidade de crianças por cuidadora; a qualidade da relação exercida entre a cuidadora e a família; a presença da mãe na semana de adaptação próxima ao seu filho; a capacidade da criança de se adaptar à rotina; a manutenção desta; e a assiduidade da criança.

A adaptação dos bebês ao berçário esteve intimamente relacionada à parceria estabelecida entre família e instituição. As ações das mães e das cuidadoras substitutas estiveram voltadas para atender, na medida do possível, considerando as restrições impostas pela instituição, às necessidades das crianças. Ambas precisam ficar atentas às formas de fornecer os cuidados, para que eles não sejam fornecidos nem em excesso nem em falta, e como apontou Spitz, é atender as necessidades básicas das crianças de modo suficiente e adequado.

A psicóloga se insere nesse contexto voltando seu olhar para as possibilidades de minimizar o sofrimento psíquico presente na experiência de inserção do bebê e da família. Para isso, leva-se em consideração que este sofrimento pode estar presente em todos os envolvidos nesse processo, mesmo que em intensidades variadas, e trazendo para estes implicações diferentes nos vários contextos de vida.

Além disso, é possível pensar nos efeitos imediatos e futuros para a constituição psíquica do bebê, do tipo de relação estabelecido entre ele e essas primeiras cuidadoras, destacando a importância dos cuidados maternos como facilitadores do desenvolvimento na criança da capacidade para estabelecer vínculos afetivos. Por isso, o estudo demonstrou a importância de se firmar um bom relacionamento entre as cuidadoras e a família, pois os bebês demonstram maior segurança quando submetidos aos cuidados suficientemente bons.

Cada bebê que entra num berçário traz novas questões ao grupo de educadores, desde como se deve recebê-los, sobre o período de adaptação, as relações com seus pais e destes com as cuidadoras, seja do compartilhar cuidados, carinhos, atenção, até o presenciar o desenvolvimento dos bebês, em que as mães por vezes ficam sabendo da evolução de seus bebês por meio de sua cuidadora, deixando de presenciar este momento.

O berçário como instituição é um lugar privilegiado para a prevenção, diagnóstico e intervenções precoces, quando orientadas por profissionais da saúde, e a psicóloga se insere neste contexto, tentando atender às demandas dos pais, dos bebês e das cuidadoras. É um lugar que funciona como um terceiro para as famílias, que tem o estigma de ser, por vezes, lugar ideal, onde há pessoas capacitadas para cuidar adequadamente dos bebês, por outras, como lugar que funciona como depósito de crianças, que são cuidadas de forma massificada e linear.

Por meio desse estudo pôde-se visualizar o berçário como um ambiente capaz de proporcionar meios para que o bebê se desenvolvesse física, social e emocionalmente. Observou-se ao longo da prática que todas as crianças, cada uma em seu tempo, foram se adaptando à nova rotina e aprendendo por meio da variedade de estímulos oferecidos pelas pedagogas, psicólogas e cuidadoras. Até mesmo os bebês que apresentaram pouca assiduidade conseguiram, ainda que num ritmo mais lento, socializar-se, interagir e se desenvolver, a partir das atividades realizadas.

No sentido do ideal, percebe-se que os bebês, que frequentam berçários, tendem a ser mais desenvolvidos devido às estimulações que lá acontecem e são mediadas pelos profissionais que mantêm essa prática diariamente. Também nota-se a sociabilidade maior destes bebês que se acostumam a serem cuidados por muitas pessoas e a interagirem com outras crianças. O cuidado que os profissionais precisam ter é de não reforçarem a ideia de depósito e fornecer, assim, uma atenção individualizada para cada bebê.

Os bebês, que desestabilizam os educadores e o berçário, ao não chegarem com receitas nem manual de instruções, levam a equipe, sobretudo as cuidadoras a ressignificar seu papel e não generalizarem as suas condutas, sendo um local excepcional de aprendizado, o que induz os profissionais a observarem suas crianças. Estas se beneficiam de um olhar prevenido em relação à onipotência, a um saber tudo, evitando assim, esmagar as diferenças, as singularidades de cada bebê, pois cada um é único, traz consigo sua história, de sua família e de seu meio social.

A proposta sugerida ao final deste trabalho é a constante capacitação das educadoras, bem como que haja um espaço para que elas possam ser ouvidas e atendidas. Não como um consultório, mas um espaço em que elas possam contar como certo para compartilhar suas angústias, suas relações difíceis, seja entre a família e elas, ou entre a instituição e elas.

A capacitação também no sentido de ampliar seus conhecimentos sobre o desenvolvimento dos bebês, imprescindível para fornecer um atendimento de qualidade. Dessa forma, as cuidadoras podem acolher as famílias com responsabilidade e conhecimento do papel que desempenha e de sua importância para o contínuo desenvolvimento de um indivíduo.

O berçário é uma instituição que, quando cercada de profissionais qualificados e empenhados no processo de cuidar, sobretudo cuidados para que possam cuidar de alguém, favorece uma relação estável e de crescimento para o bebê, nas instâncias afetiva, educativa e social.

Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1973). The Development of infant-mother attachment. In Caldwell, B. M., & Ricciuti, H. N. (Eds). *Review of child development Research*. (pp. 1-94), (Vol. III). University of Chicago Press.
- _____. (1989). Attachments beyond the infancy. *American Psychologist*, (vol. 44), nº 4, pp. 709-716.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of Attachment*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Aragão, R. O. (2001a). Psicanálise no campo da educação infantil: uma aplicação possível. *Em Aberto*, Brasília, (Vol. 18), n. 73, jul, pp. 70-77.
- _____. (2001b). O Psicanalista na creche – Acompanhando o bebê em situação de separação. Em Camarotti, M. C. (Org.). *Atendimento ao Bebê: uma abordagem interdisciplinar*. (pp. 117-124). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2007). *A construção do espaço psíquico materno e seus efeitos sobre o psiquismo nascente do bebê*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, SP, Brasil.
- Araújo, S. M. B. (2005). A ausência da função paterna no contexto da violência juvenil. Em *Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente*. São Paulo (SP) [online]. Acesso em 08 de junho, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200006&lng=en&nrm=is.

Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre feiticeiro □ do discurso identificante ao discurso delirante*. São Paulo: Escuta.

_____. (1990). *Um intérprete em busca de sentido*. São Paulo: Escuta.

_____. (1994). Diálogos com Piera Aulagnier. Em L. Hostein (Org.) *Cuerpo, historia, interpretación – Piera Aulagnier: de lo originário al proyecto identificatorio*. Buenos Aires: Paidós, pp. 360-379.

Ávila, A. M. A. (2011). *O primeiro amor*. [periódico online], pp. 1-4. Acesso em 1 fevereiro, 2011. Disponível em: <http://www.amamentacao.com/amamentacao/conteudo.asp?cod=252>.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistador: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Balaban, N. (1988a). *O início da vida escolar: Da separação à independência*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Balaban, N. (1988b). *Separation: An opportunity for growth*. ERIC Reports, (ED 297867). Washington.

Bergès, J., & Balbo, G. (2002). *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaios sobre o transitivismo*. Porto alegre: CMC.

Bernardino L., & Rohenkohl, C. M. (Org.). (2002). *O bebê e a modernidade: abordagens teórico clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Boccia, M., & Campos, J. J. (1989). Maternal emotional signals, social referencing, and infant's reactions to strangers. Em N. Eisenberg (Org.), *Empathy and related emotional responses*. *New Directions for Child Development* 44, pp. 25-49.

Borsa, J. C. (2007). Considerações acerca da relação Mãe-Bebê da gestação ao puerpério. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto alegre, n. 2,

Abr/Mai/Jun. [Acesso em junho 2010]. Disponível em: <http://www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php>.

- Bove, C. (2002). *Inserimento: Uma estratégia para delicadamente iniciar relacionamentos e comunicações*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2002.
- Bowlby, J. (1979). *Formação e rompimento de laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1984). *Separação: angústia e raiva*. (Tradução de L. Hegenber, O. da Mota & M. Hegenberg). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1973).
- _____. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1993). *Perda: Tristeza e Depressão*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1973).
- _____. (2002). *Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo*. (3a ed.) São Paulo: Martins Fontes, vol. 1 da Trilogia.
- _____. (2006). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1981).
- Brazelton, T. B. (1973). *Neonatal Behavioral Assessment Scale*. Philadelphia: Lippincott.
- _____. (1994). *Momentos decisivos do desenvolvimento infantil*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brazelton, T. B., & Cramer, B. G. (2002). *As primeiras relações*. (2a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Bujes, M. I. E. (2001). Escola infantil: pra que te quero? Em Craidy, C. M. & Kaercher, G. E. P. S. (Org.). *Educação Infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, pp. 13-22.
- Bydlowski, M. (1998a). La transparence psychique de la femme enceinte. In: *Alliances autour du bébé*. Paris: PUF, pp. 101-109.

- _____. (1998b). *La dette de vie. Itinéraire psychanalytique de la maternité*. (2a ed.) Paris: PUF.
- Cassidy, J. (1999). The nature of child's ties. In: Cassidy, J. & Shaver, P. (Orgs.). *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. New York: The Guilford Press. pp. 3-20.
- Cataldi, M. C. C. (1992). Modificações sociais e participação da mulher no mercado de trabalho. Em Gayotto, M. L. C. (Org.). *Creches: Desafios e contradições da criação da criança pequena*. São Paulo: Ícone.
- Chatelard, D. S., & Bonani, W. K. (2010). Maternagem. Em Guerra, A. M. C. & Moreira, J. O. (Orgs.). *A psicanálise nas instituições públicas: saúde mental, assistência e justiça social*. FAPEMIG: Editora CRV, pp. 47-57.
- David, M. (1998). Soins maternels, soins professionnels. In Appell, G. & Tardos, A., (Org.) *Prendre soin d'un jeune enfant*. Ramonville: Saint-Agne, Ed. Érès.
- Davies, J., & Brember, I. (1991). The effects of gender and attendande period on children's adjustment to nursery classes. *British Educational Research Journal*, (17), pp. 73-82.
- Dolto, F. (1977). *Psicanálise e Pediatria*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1984). *No jogo do desejo: ensaios clínicos*. (Tradução Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1992). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva.
- Dolto, F., & Nasio, J. (1991). *A criança do espelho*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ferreira, M. V. (2000). *Separações mãe-bebê: diversos sentidos na construção de uma relação*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Fernandes, C. M., vários autores. (2006). *A Ética na atenção ao bebê: psicanálise, saúde, educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Figueiredo, B. (2003). Vinculação Materna: Contributo para a compreensão das dimensões envolvidas no processo inicial de vinculação da mãe ao bebê. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, Septiembre, (añovol 3), número 003. Asociación Española da Psicología Conductual (AEPC). Granada, España, pp. 521-539.
- Fleming, A. S., Ruble, D. N., Flett, G., & Shaul, D. L. (1988). Postpartum adjustment in first-time mothers: Relations between mood, maternal attitudes and mother infant interactions. *Developmental Psychology*, 24(1), pp. 71-81.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do Oprimido*. (9a ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicada em 1895).
- _____. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. (Vol. I, Luiz Alberto Hans, Trad.), pp. 95-119. Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicada em 1914).
- _____. (2006). Luto e melancolia. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicada em 1917).
- _____. (1987). O ego e o id. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. (Vol. XIX, Luiz Alberto Hans, Trad.). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicada em 1923).
- _____. (2001). Inibição, sintoma e angústia. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XX). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicada em 1926).

- Gianlupi, A. G. F. (2003). *Tornar-se mãe: A maternidade da gestação ao primeiro ano de vida do bebê*. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, UFGRS, Porto Alegre. Acesso em agosto, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6041>.
- Guedeney, A., & Lebovici, S. (1999). *Intervenções Psicoterápicas Pais/Bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Hock E, McBride S., & Gnezda M. (1989). Maternal separation anxiety: mother-infant separation from the maternal perspective. *Child Develop*; 60: pp. 793-802.
- Kahn, I. (2010). *As mães podem trabalhar sem culpa*. [texto online]. Acesso em 25 de março, 2010. Disponível em: <http://www.viladamulher.com.br/portal/index.php/filhos/260-as-maes-podem-trabalhar-semculpa.html?tmpl=component&print=1&page>
- Klaus, M. H., & Kennel, J. H. (1993). *Pais/bebê a formação do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Klaus, M. H., Kennel, J. H., & Klaus, P. H. (2000). *Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kohut, H. (1984). *Como cura el análisis*; Buenos Aires. Paidó.
- _____. (1977). *La restauración del sí-mismo*. Buenos Aires. Paidó.
- Lacan, J. (1938). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1949). El estadio del espejo como formador de la función del yo (je) tal como se revela en la experiencia psicoanalítica. Em *Escritos*. (1985). Buenos Aires: Siglo XXI, pp. 86-93.
- Lajonquière, L. de. (1999). *A infância e as ilusões (psico)pedagógicas*. Petrópolis: Vozes.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1982). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

- Lebovici, S. (1983). *O Bebê, a Mãe e o Psicanalista*. Tradução Francisco Vidal, Porto Alegre, Ed. Artes Médicas.
- Lopes R. d. C. S., Alfaya C., Machado C. A., & Piccinini C. A. (2005). “No início eu saía com o coração partido...”: As Primeiras situações de separação mãe-bebê. *Revista brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 15(3). (pp. 26-35). Acesso em setembro, 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbcdh/v15n3/04.pdf>.
- Lordelo, E. A. (1997). Efeitos da experiência de creche no desenvolvimento da criança: Uma revisão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. (Vol. 3). pp. 221-229.
- Mahler, M. S., Pine, F., & Bergman, A. (1993). *O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação*. (Tradução: Jane A. Russo). Porto Alegre, Artes Médicas.
- Maldonado, M. T. (2002). *Psicologia da Gravidez – parto e puerpério*. (16a ed.) São Paulo: Saraiva.
- Mariotto, R. M. M. (2003). Atender cuidar e prevenir: A creche, a educação e a psicanálise. *Estilos da Clínica*. [periódico online]. (Vol. 8), n.15, pp. 34-47. Acesso em 18 de março, 2011. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000200003&lng=pt&nrm=iso.
- _____. (2009). *Cuidar, educar e prevenir: as funções da creche na subjetivação de bebês*. São Paulo: Escuta.
- Marris, P. (1993). *Loss and Change*. Londres, Routledge.
- Melgaço, R. G. (2001). A intervenção do psicanalista na clínica bebê/pais. Em Camarotti, M. C. (Org.). *Atendimento ao Bebê: uma abordagem interdisciplinar*. (pp. 185-195). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- McMahon, L. (1994). Responding to defences against anxiety in day care for young children. *Early Child Development and Care*, (97), pp. 175-184.

- Mijolla, A. (2005). *Dicionário Internacional da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Montagner, H. (1900). *A Vinculação. A Aurora da Ternura*. Lisboa: Instituto Piaget. Coleção Epigénese e Desenvolvimento.
- Morgan, G. A., & Ricciuti, H. N. (1969). Infants' responses to strangers during the first year. Em B. M. Foss (Ed.). *Determinants of infant behavior*. (pp. 272-353). London, Methuen.
- Newman, A. (2003). *As ideias de D. W. Winnicott: um guia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Nóbrega, F. J. (2005). *Vínculo Mãe-Filho*. Rio de Janeiro: Ed. Revinter.
- Nono, M. A. (2010). *Educar e cuidar nas Creches e Pré-Escolas*. [Periódico online] Unesp □ Universidade Estadual Paulista, pp. 131-134. Acesso em 17 abril, 2011. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/230>.
- Oliveira, Z. M. et al. (1992). *Creche: Crianças, faz-de-conta e cia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Penot, L. (1991). Do fracasso da instauração da imagem do corpo ao fracasso da instauração do circuito pulsional: quando a alienação faz falta. Em M. Penot (Org.). *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*. Coleção Psicanálise da Criança (pp. 31-48). Salvador: Álgama.
- Rapoport, A., & Piccinini, C. A. (2001). O ingresso e a adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: Alguns aspectos críticos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), pp. 81-95.
- Rizzo, G. (1984). *Creche: Organização, montagem e funcionamento*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Robertson, J., & Robertson, J. *Young children in brief separation: a fresh look*. *Psychoanalytic Study of the Child*, 26, pp. 264-315.
- Rodriguez, D. T. (1981). Infant day care: How very young children adapt. *Children Today*, pp. 10-12.

- Rossetti-Ferreira, M. C. (1984). O apego e as reações da criança à separação da mãe. Uma revisão bibliográfica. *Caderno de Pesquisa: São Paulo*. [periódico online] fev, (48): pp. 3-19. Acesso em 8 abril, 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/%20pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/571.pdf>.
- _____. (1986). *Mãe e Criança: Separação & reencontro: observação em situação de grupo*. São Paulo: EDICON.
- _____. (2002). A necessária associação entre educar e cuidar. *Pátio Educação Infantil*, Porto Alegre, ano 1, n.º 1, abr/jul, pp. 10-12.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K., & Silva, A. P. (2000). Uma Perspectiva Teórico- Metodológica para Análise do Desenvolvimento Humano e do Processo de Investigação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, [periódico online]. (Vol. 13), n.2, pp. 281-293. Acesso em 20 de abril, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000200008.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K., & Vitória, T. (1994). A creche como contexto possível de desenvolvimento da criança pequena. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, IV (2), pp. 35-40.
- Rute, M. (1995). A importância do papel da mãe real na formação da realidade psíquica. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, (Vol. 2), pp. 325-331.
- Santos, F. M. S., & Moura, M. L. S. (2002). A relação mãe-bebê e o processo de entrada na creche: esboços de uma perspectiva sociocultural. *Psicologia Ciência e Profissão*. (Vol. 22), n. 2. Brasília, jun, pp. 1-15.
- Scarr, S., & Eisenberg, M. (1993). Child care research: issues, perspectives and results. *Annual Review of Psychology*. (44), pp. 613-644.

- Spitz, R. A. (1979). *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em inglês em 1965).
- Thoman, E. B. (Org.). (1979). *The origins of the infant's social responsiveness*. New York: John Wiley & Sons.
- Varin, D., Crugnola, C. R., Molina, P., & Ripamonti, C. (1996). Sensitive periods in the development of attachment and the age of entry into day care. *European Journal of Psychology of Education*, (11), pp. 215-229.
- Veríssimo M. L. O. R., & Fonseca R. M. G. S. (2003). O cuidado da criança segundo trabalhadoras de creches. *Revista Latino-americana de Enfermagem*. (Vol. 11) (1): pp. 28-35.
- Vitória, T., & Ferreira, C. (1993). Processos de adaptação na creche. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo. [periódico online], ago, n. 86, pp. 55-64. Acesso em 7 abril, 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/941.pdf>.
- Vokoy, T., & Pedroza, R. L. S. (2005). Psicologia Escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. (Vol. 9), n. 1. Acesso em 2 de julho, 2011. (pp. 95-104). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100009&lng=en&nrm=iso.
- Wallon, H. (1975). *Los orígenes del carácter del niño - los preludios del sentimiento de personalidad*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Weininger, O. (1983). Play of mothers with babies: Some relationships between maternal personality and early attachment and development processes. *Psychological Reports*, 53, pp. 27-42.
- Weinraub, M., & Lewis, M. (1977). *The determinant of children's responses to separation*. Monographs of Society for Research in Child Development, 172, 42(4).

- Winnicott, D. W. (1956). *Preocupação Materna Primária*. Em: *Da Pediatria à Psicanálise*. (2000). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1971). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1983). *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre o desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1985). *A criança e o seu mundo*. (Á. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1989). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (2005). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2006). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W., Winnicott, C., Sheoherd, R., & Davis, M. (1994). *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Zabalza, M. A. (2003). Cuidado versus educação: O dilema institucional das escolas infantis. *Pátio Educação Infantil*. 1: 13-5.
- Zamberlan, M. A. T. (2002). Interação mãe-criança: enfoques teóricos e implicações decorrentes de estudos empíricos. *Estudos de Psicologia*, Universidade Estadual de Londrina, 7(2), pp. 399-406.